



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 728 - DE 24 DE NOVEMBRO A 7 DE DEZEMBRO DE 2024 - R\$ 5,00



Desvendados os passos do fracassado golpe de 8 de janeiro

Indiciamento de Bolsonaro e seus generais expressa a ampla e profunda crise política

Os explorados não devem se desviar do fundamental: Lula lançará mais uma contrarreforma, que recairá sobre as massas trabalhadoras

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa do programa de reivindicação dos explorados e pela derrubada das contrarreformas

G20 SE REALIZOU SOB O CONTROLE DAS POTÊNCIAS IMPERIALISTAS DO G7

Somente a classe operária e os povos oprimidos podem combater as guerras de dominação

Preparar-se para enfrentar com os métodos da luta de classes e com a tática da frente única anti-imperialista a política fascizante de Trump

Teatral realização do G20 reflete a decomposição do capitalismo

Não se esperava acordos promissores entre os 55 chefes de Estado. O Brasil, seu anfitrião, fez o máximo possível para dar a impressão de que um mínimo de “consenso” já seria um grande feito. Lula teria de se sair bem em seu bailado entre Joe Biden e Xi Ji Ping. Vladimir Putin não pôde comparecer, proibido pela condenação do Tribunal Penal Internacional. Seu representante, Sergei Lavrov, ficou à margem.

Nos quase doze meses de preparação, marcados por inúmeras reuniões, chegou-se à conclusão de que a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza deveriam servir apenas de pano de fundo, já que não poderiam simplesmente ser ignoradas. No entanto, as duas conflagrações marcam a situação mundial e expressam a maior escalada bélica desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

O G20 foi criado por iniciativa dos Estados Unidos diante da derrocada da economia internacional em fins da década de 1990. O objetivo era o de atar ao carro do G7 os demais países cuja presença na ordem mundial tinham e têm importância nas relações conflituosas. Por um breve período, os Estados Unidos e aliados do G7 puderam abafar relativamente as contradições e reger a orquestra de dezenas de nações de economia atrasada.

As mudanças na balança dos interesses econômico-comerciais e as guerras foram, no entanto, minando as diretrizes hegemônicas ditadas pelos Estados Unidos. A projeção da China como potência econômica e os conflitos cada vez mais agudos da aliança imperialista com a Rússia se encarregaram de destoar a projetada orquestra do G20. Os ditames do G7 foram se chocando com a maioria dos países ditos “em desenvolvimento”, na realidade países semicoloniais que alcançaram um nível de desenvolvimento industrial, impulsionaram a agroindústria e passaram a deter as imprescindíveis fontes de matérias-primas, como é o caso do Brasil, Argentina, México, Índia, África do Sul etc.

A particularidade da China e da Rússia está em que o processo de restauração capitalista interrompeu provisoriamente a transição do capitalismo ao socialismo. Integraram-se à ordem mundial edificada após a Segunda Guerra, não sem contradições, sob a égide dos Estados Unidos. Se na década de 1990 e parte da de 2000 foi possível se ajustarem à dominação do G7, a partir de 2014 se viram em franca rota de colisão com o imperialismo norte-americano.

O G7 foi criado em 1977 nos marcos da retomada da crise geral do capitalismo do pós-guerra. Dez anos depois, a Rússia foi convidada a integrá-lo, como um gesto de fim da Guerra Fria. Em 2014, acirra-se a crise na Ucrânia com a intervenção dos Estados Unidos e União Europeia em busca de sua anexação à ordem sustentada pela OTAN, e, portanto, da quebra da ascendência da Rússia. A retomada da Crimeia pela Rússia resultou em sua expansão do G7.

Potenciou-se o conflito em torno à Ucrânia. Em particular, o objetivo do imperialismo por colocar a OTAN na fronteira ucraniana com a Rússia levou o governo Putin a invadir o país em 24 de fevereiro de 2022. Instalou-se na Europa uma situação de confrontação com a Rússia que alterou o equilíbrio obtido nos marcos da dissolução da URSS em dezembro de 1991 favorável à estratégia norte-americana de fim da Guerra Fria.

Um ano e nove meses depois, o Estado sionista de Israel interveio na Faixa de Gaza, decidiu a levar a cabo o genocídio dos palestinos e anexar o que resta de seu território. São duas guerras sustentadas pelo G7 em favor da anexação da Ucrânia à União Europeia e a Faixa de Gaza e Cisjordânia ao Estado de Israel.

A unidade entre a potências imperialistas é total. No G20 deste ano, as divergências já haviam sido expostas anteriormente. O fato de não haver uma ruptura com o G7 indicou a impotência e a subordinação dos países “opositores” à hegemonia do imperialismo que paira sobre todas as organizações e instituições da burguesia mundial, incluindo o Brics.

A negociata para que se chegasse a uma declaração final visou a ocultar a rachadura que se alarga cada vez mais com a guerra comercial e com a escalada militar impulsionada pelos Estados Unidos. O governo Lula se prestou a esse serviço esforçando-se por se apresentar como arauto da cooperação e da convivência pacífica nas condições em que a desintegração do capitalismo conduz às guerras de projeção mundial.

A rota de colisão dos Estados Unidos com a China e Rússia não será resolvida pela via diplomática. Ou se capitula sem resistência diante da ofensiva da aliança imperialista abrigada no G7, ou se vai ao confronto bélico, mais cedo ou mais tarde. Em plena reunião do G20, Biden autorizou a Ucrânia a usar os mísseis de longo alcance contra a Rússia e assim intensificar a guerra. Essa é a perspectiva que esteve presente na reunião do G20.

Os acordos formais e líricos sobre a “aliança contra a fome”, taxação às grandes fortunas, transição energética e equilíbrio climático terminam em combustível para o domínio das potências. Não por acaso, em todo o mundo, os governos sejam das potências, sejam das semicolônias avançam no sentido de impor as contrarreformas que golpeiam a força de trabalho e protegem o capital. A miséria e a fome não serão combatidas com o assistencialismo burguês – nisto, o governo de Lula é notório -, mas por meio da luta de classes.

O Partido Operário Revolucionário se posicionou com a bandeira “Fora o G20 do Brasil!”, em defesa das reivindicações dos explorados, da organização de uma frente única anti-imperialista e da estratégia da revolução social.

Abaixo publicamos o Manifesto divulgado no Rio de Janeiro no momento da realização da cúpula do G20

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

O G20 é uma cúpula do imperialismo

Fora o G20 do Brasil!

Constituir a frente única anti-imperialista

O G20 nasceu por iniciativa do G7 em função da crise econômica mundial da década de 1990. Os Estados Unidos estiveram à frente do objetivo de subordinar os países de economia atrasada (“emergentes”) aos interesses do capital financeiro e dos monopólios. A premissa de “cooperação” não passou de máscara das potências para ditar suas diretrizes aos países oprimidos e arrastar a China e a Rússia restauracionistas à ordem internacional ditada após Segunda Guerra Mundial. O G20 serviu de caixa de ressonância do Consenso de Washington, criatura do que denominou neoliberalismo. O programa básico continha e contém as contrarreformas (trabalhista, previdenciária etc.), as privatizações, abertura das fronteiras dos países semicolônias à livre penetração do capital imperialista, garantia da “propriedade intelectual” (patentes). A ideia de fazer do G20 um “conselho de cooperação econômica”, gerenciado por ministros da Economia e presidentes dos Bancos Centrais, na realidade, tinha e tem por fundamento subordinar as políticas econômicas das nações oprimidas e, em particular, da China e Rússia restauracionistas. No fundo, suas medidas implicavam descarregar a crise sobre os elos mais débeis da economia mundial.

A 1ª Cúpula do G20 ocorreu em 2008, nos Estados Unidos. A linha geral de suas determinações foi a de proteger o sistema financeiro que desabava. Proteção essa que seria gerenciada pelo FMI e Banco Mundial. A derrocada começou nos Estados Unidos, se espalhou para as demais potências e atingiu os países de economia atrasada. O restabelecimento da ordem correspondia a ações em que os Estados nacionais socorriam os banqueiros, investidores e especuladores da Bolsa De Valores.

A última Cúpula de 2023, realizada na Índia, evidenciou o agravamento dos desequilíbrios mundiais, manifestados na década de 1990 e 2000. O preceito do “desenvolvimento sustentável” não tinha outro sentido senão impor aos países atrasados o ônus da crise climática, de um lado, e a garantia da manutenção das gigantescas dívidas públicas e rebaixamento das fronteiras nacionais. Evidentemente, não faltou a hipocrisia da socialdemocracia imperialista em torno à “igualdade de gênero” e melhoria das condições de saúde. A história das 18 Cúpulas demonstra que não houve nenhuma resposta que de fato protegesse as nações oprimidas do processo de decomposição do capitalismo.

A 19ª Cúpula que se realiza no Brasil, Rio de Janeiro, ocorre em um momento que a guerra comercial dos Estados Unidos e aliado contra a China se intensifica, a guerra na Ucrânia se prolonga por quase três anos, a guerra israelense contra a Faixa de Gaza e Líbano ameaça a se generalizar por todo o Oriente Médio, as sanções econômicas contra a Rússia atingem a economia europeia, a escalada militar se potencia e proteja a sombra de uma conflagração militar que pode ser o prelúdio de uma Terceira Guerra.

O recrudescimento do protecionismo praticado pelos Estados Unidos e potências europeias agrava o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. O que dificulta ainda mais o já baixo crescimento mundial, fortalecendo as tendências à estagnação e à recessão. A julgar pelo programa de Trump, vencedor das eleições, a guerra comercial contra a China atingirá o patamar mais



O Brasil servirá de anfitrião aos choques de interesses do capital mundial e Lula, de serviço das potências econômicas. A população brasileira assistirá à distância as negociações entre os países que no final das contas serão descarregadas sobre os assalariados, os camponeses e as camadas mais pobres da classe média urbana. Nesse exato momento, os ministros Haddad e Tebet estão com um pacote preparado que atingirá os trabalhadores em geral, aposentados, doentes e pensionistas. Essas medidas, sem dúvida, seriam aplaudidas pelo G20.

elevado, que resultará em reflexos negativos para o crescimento asiático e para os países que dependem das potentes importações chinesas, como é o caso do Brasil. Certamente, o crescimento da onda ultradireitista estará presente na 19ª Cúpula do G20.

A presença de Biden mal disfarçará a derrocada da política dos democratas, que se difere da dos republicanos apenas em aspectos e graus, no que diz respeito à orientação imperialista. A presença de Macron segue a sombra de Biden. A participação da China está condicionada a suportar as investidas dos Estados Unidos contra seu crescimento econômico e sua expansão mundial. A Rússia não pôde ser representada pelo seu presidente Putin, porque foi condenado por um tribunal que serve ao imperialismo. Essa relação de força permite prognosticar que essa Cúpula não será capaz de tomar medidas no sentido de reanimar a economia mundial, pôr

fim às guerras e estancar a escalada bélica. Reproduzirá em pior situação os interesses das potências, evidenciando uma maior dissenção entre os Estados Unidos, de um lado, e a China e Rússia de outro. É esperada a teatralização em torno à questão climática e as novas tecnologias, sob a insígnia do “desenvolvimento sustentável” e “ajuda” aos países mais pobres.

O Brasil servirá de anfitrião aos choques de interesses do capital mundial e Lula, de serviçal das potências econômicas. A população brasileira assistirá à distância as negociações entre os países que no final das contas serão descarregadas sobre os assalariados, os camponeses e as camadas mais pobres da classe média urbana. Nesse exato momento, os ministros Haddad e Tebet estão com um pacote preparado que atingirá os trabalhadores em geral, aposentados, doentes e pensionistas. Essas medidas, sem dúvida, seriam aplaudidas pelo G20.

A CUT e as demais centrais colaboracionistas estão caladas, à espera de que o governo Lula se saia bem, estando premido tanto pela oposição ultradireitista quanto pelos “aliados” de direita. Apenas a CSP-Conlutas se pronuncia contra o G20 e organiza uma manifestação.

Trata-se da vanguarda com consciência de classe trabalhar para que a bandeira “Fora o G20 do Brasil!” seja assumida pela classe operária, pelos demais explorados e pela juventude oprimida. A manifestação deve se pronunciar pela constituição de comitê de frente única anti-imperialista. Esses comitês, se erguidos, podem realizar as campanhas pelo fim das guerras de dominação, pelo direito à autodeterminação das nações oprimidas, pelo fim do genocídio contra o povo palestino, pelo programa de reivindicação dos assalariados, pela expropriação do grande capital, pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e pelo socialismo.

O Partido Operário Revolucionário (POR) trabalhou pela realização do ato contra o G20. Traz para o movimento as bandeiras: O G20 é uma cúpula do imperialismo. Fora o G20 do Brasil! Constituir a frente única anti-imperialista! O POR chama a CSP-Conlutas a fazer uma campanha junto aos sindicatos e demais centrais pela convocação de um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos, pela derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro e pelo combate às contrarreformas antinacionais e anti-populares do governo Lula.

Rio de Janeiro

Manifestação em defesa do povo palestino e contra o G20

Abaixo, avaliamos o ato contra o genocídio do povo palestino, realizado no Rio de Janeiro. O POR compareceu com seu Manifesto e fez um pronunciamento. O título da marcha foi dado pelos organizadores. O POR tem como bandeira a defesa programática de uma República Socialista da Palestina, que unifique os palestinos, judeus e demais povos. Essa bandeira histórica corresponde à tarefa de os explorados do Oriente Médio se unirem para expulsar o imperialismo e derrotar a feudal burguesia traidora. A região se libertará das guerras com a luta das nações oprimidas e de todos os trabalhadores pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Essa tem sido a linha de defesa do povo palestino e fim do colonialismo sionista-imperialista.

Marcha “Palestina Livre do Rio ao Mar. Fora Imperialismo!”



Convocada pela CSP-Conlutas para o dia 16 de novembro devido à proximidade do G20, a também chamada “Marcha dos povos contra o genocídio, o imperialismo e a cúpula do G20” ocorreu mesmo debaixo de chuva na praia de Copacabana, com um considerável número de aderentes, contando com militantes de outros estados vindos em caravanas, organizações ambientalistas como a Coalizão pelo Clima, MST, integrantes das comunidades palestina e libanesa, do movimento negro, de partidos reformistas, centristas e sindicatos. A adesão das centrais sindicais como CUT e CTB, contudo, não foi organizada. Levaram apenas representações ou pessoas pagas para segurar sua bandeira e não os trabalhadores de bases.

A marcha teve um caráter correto de denúncia e repúdio às soluções hipócritas da burguesia à catástrofe climática, à desigualdade e à crise econômica, nesse evento que reúne líderes das 20 maiores economias mundiais, que buscam na verdade submeter os países semicoloniais às suas orientações comerciais e políticas para garantir a exploração e o pagamento da dívida pública ao capital financeiro, e assim se salvar da crise que o próprio capitalismo na sua fase imperialista engendra, sacrificando a classe operária, populações indígenas e demais explorados e oprimidos do mundo, como os palestinos. A confissão de tal hipocrisia foi a criação em paralelo, nesta edição, por ONGs e movimentos em parceria com o governo federal, do “G20 Social”, como uma forma de conter e canalizar a revolta das massas para o campo institucional burguês. Junto a isso Lula acionou a GLO (garantia da lei e da ordem), contando com Eduardo Paes para sitiá-la a cidade carioca com um imenso efetivo militar, com tanques de guerra e soldados armados por todo o lado, garantindo forte repressão caso o movimento saísse do controle.

Apesar de importante, a manifestação expressou, no entanto, ainda uma forte ilusão e confiança nas saídas parlamentares, jurídicas e diplomáticas, evidenciadas nos apelos ao governo burguês de Lula-Alckmin e no palanque dado a vereadores durante a marcha.

O POR interveio no ato com manifesto e fala no carro de som, defendendo a unificação dos trabalhadores sob a bandeira da frente única anti-imperialista contra as guerras de dominação vigentes, contra a miséria e a fome, pelo direito à autodeterminação dos povos, e entoou bem alto o fora o G20 do Brasil.



Abaixo transcrevemos a intervenção completa do camarada.

Bom dia, camaradas.

Sou militante do Partido Operário Revolucionário. Vimos aqui trazer uma saudação para essa importante manifestação que se contrapõe ao G20 e ao genocídio na Palestina. Vimos aqui para dizer: fora o G20 do Brasil. Nós temos que falar em alto e bom som. Isso porque os representantes do imperialismo estarão aqui no Brasil para fazer hipocrisia, para fazer demagogia com os problemas do mundo todo, mas, eles são os responsáveis por esses problemas do mundo. É o imperialismo o responsável pela fome e pela miséria no mundo todo. É o imperialismo o responsável pelas guerras de dominação na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Por isso, nossa bandeira, a bandeira que unifica os trabalhadores do mundo todo, é por uma frente única anti-imperialista.

É preciso construir uma frente única anti-imperialista. O imperialismo apoia e financia o genocídio na Faixa de Gaza. Já são mais de 50 mil palestinos mortos, muitas crianças, mulheres, idosos, que são mortos pela barbárie sionista apoiada pelo imperialismo.

Infelizmente, companheiros, nós não temos aqui a CUT, que é a maior central sindical do país, para apoiar esse movimento, para se contrapor ao G20. Isso porque estão com a política pró-governista, uma política que protege o governo. E esse governo está preparando o pacote de medidas de ataque aos trabalhadores. É preciso se contrapor ao pacote de medidas do governo.

Por isso, se coloca a frente única anti-imperialista como bandeira que unifica e contra todos os ataques do governo Lula no Brasil. Viva a luta dos povos pela autodeterminação! Viva a frente única anti-imperialista!

Desvendado o plano golpista de Bolsonaro e de seus militares

Depois de dois anos, a Polícia Federal apresentou o resultado da “Operação Contragolpe”. Lula está no meio de seu mandato e ficou sabendo que foi alvo de um esquema para assassiná-lo. O seu vice, Geraldo Alckmin, e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STF), naquele momento, Alexandre de Moraes, faziam parte da trama mortífera. A revelação do detalhe de que o presidente e seu vice seriam possivelmente envenenados e o presidente do STF fulminado por um atentado evidencia a sãna criminosa da fração ultradireitista das Forças Armadas que governava o País.

O ex-presidente da República, derrotado nas eleições de 2022, esteve no centro da conspiração militar. Segundo analistas, as provas são absolutamente claras de que um grupo de alta patente das Forças Armadas montou uma estratégia, método e meios para impedir a posse de Lula e instalar um governo de exceção.

A Polícia Federal indiciou 37 membros de cúpula da conspiração, que se gestou no interior do Palácio do Planalto. Certamen-



te, a rede deve ser bem mais extensa, envolvendo políticos, juristas, religiosos e homens do poder econômico. É sintomático que entre os golpistas se encontra o presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

Os generais Walter Souza Braga Netto, Augusto Heleno Ribeiro Pereira e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira constituíam o triunvirato que controlava as ações estratégicas do governo Bolsonaro. Assentavam-se nos generais Mário Fernandes, Nilton Diniz Rodrigues e Estevem Cais Theophilo Gaspar de Oliveira, que comandavam tropas de elite do Exército. O general Mário Fernandes, na condição de comandante de Operações Especiais do Exército, esteve a cargo do funcionamento operacional do plano “Punhal Verde e Amarelo”. As demais patentes seguiam a orientação do comando que planejou o golpe fracassado.

Destaca-se o tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid como Ajudante de Ordens do presidente Bolsonaro. Em sua delação premiada, na primeira fase das investigações sobre a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, revelou um documento que envolvia

o presidente da República e o presidente do PL. Agora, aguardam-se novas revelações provenientes da investigação que envolvem generais como Braga Netto, Augusto Heleno e Mário Fernandes.

Não há mais como ocultar o vínculo do plano “Punhal Verde e Amarelo”, concebido no mês de dezembro de 2022, com as manifestações bolsonaristas, que partiram do acampamento em frente ao QG do Exército em Brasília e que concluíram com a invasão da Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. E não há como negar que se tratou de uma tentativa de golpe fracassada.

Desde o momento em que a Operação Lava Jato foi desmontada e Lula libertado da prisão em Curitiba, os golpistas, que derrubaram Dilma Rousseff em 2016, por meio do processo institucional do impeachment, reagiram no sentido de impedir a volta do ex-presidente petista ao poder por meio das eleições, que se realizariam em outubro de 2022.

É preciso assinalar que a fração ultradireitista e fascizante das Forças Armadas ascenderam ao poder já no governo de ditadura civil de Michel Temer. A eleição de Bolsonaro tão somente potenciou a militarização do governo. O outro lado da questão está em que o fortalecimento do movimento político de ultradireita, identificado como bolsonarista, se deve à profunda adaptação do PT e de seus governos ao poder das oligarquias.

A derrocada do governo Dilma Rousseff e a impotência do PT e aliados em combater o movimento institucional golpista expressaram o esgotamento da política do nacional-reformismo. A resistência da fração burguesa e militar ultradireitista em entregar pela via eleitoral e pacífica o poder a Lula, que havia sido espezinhado com as denúncias de corrupção e com a prisão, é parte do processo anterior que levou à instalação de um governo de transição, de ditadura civil de Temer, e do declínio do nacional-reformismo petista.

O golpe de Estado foi politicamente desenvolvido pelas ações de Bolsonaro e planejado pelos seus generais. Fracassou porque não havia unidade burguesa. Os Estados Unidos não tinham interesse em barrar a posse de Lula. A classe média ainda não estava suficientemente conflagrada. A fração das Forças Armadas que mantinha o legalismo do “Estado de Direito” entendeu que não devia se lançar a uma aventura.

O comando das Forças Armadas teve conhecimento da conspiração, mas nada fez para denunciá-la e desmontá-la. Aguardou os acontecimentos sabendo que o golpe fracassaria.

O choque de Bolsonaro com o STF se agravou na medida em que abriu caminho para tirar Lula da prisão e reabilitá-lo politicamente. A contundente crise econômico-social causada pela pandemia empurrou o governo Bolsonaro para o precipício e facilitou a vitória eleitoral de Lula. Mesmo assim, houve uma polarização que dividiu a população. Bolsonaro, seus militares e agentes políticos acreditaram ser possível impedir a posse de Lula. Agora, se tem a notícia de que Braga Netto, Augusto Heleno e Mário Fernandes planejaram os assassinatos de Lula, Alckmin e Alexandre Moraes.

Os bolsonaristas estavam em campanha por um projeto de lei que concedia a anistia aos condenados pela tentativa de golpe de 8 de janeiro e ao próprio Bolsonaro que se havia tornado inelegível. As novas revelações, certamente, vão resultar em um novo processo contra o grupo dirigente da ultradireita.

Entre 37 indiciados, estão o ex-presidente Bolsonaro e 25 militares. Esse acontecimento, ao contrário de arrefecer a crise política, tem tudo para agravá-la. Lula foi eleito na condição de refém do capital financeiro e monopolista. Sujeitou-se a uma aliança com partidos da oligarquia, que foram decisivos para o golpe institucional de 2016 e constituição da ditadura civil de Temer.

O PT e Lula têm perdido ascendência sobre importantes camadas operárias e populares. A burocracia sindical que os serve começa a ter dificuldades em justificar as medidas antinacionais e antipopulares das contrarreformas montadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB). Aguarda-se para, brevemente, Lula aprovar a proposta de corte de R\$ 5

bilhões, voltado contra a educação, saúde e direitos trabalhistas.

É importante que a vanguarda com consciência de classe coloque claramente que a tarefa do momento é a de combater as contrarreformas de Lula e não desviar a atenção em torno às disputas interburguesas que se agravarão com as novas revelações sobre a tentativa de golpe fracassado.

O Partido Operário Revolucionário tem uma trajetória cristalina de combate à ultradireita fascizante e de defesa de um programa de ação contra o governo burguês de Lula. A bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula emerge com força das entranhas da crise econômica e política. A campanha pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios e manifestações, é um guia para pôr em pé o movimento das massas em defesa de suas condições de existência e por uma estratégia própria de poder, a da luta por um governo operário e camponês.

O PT e Lula têm perdido ascendência sobre importantes camadas operárias e populares. A burocracia sindical que os serve começa a ter dificuldades em justificar as medidas antinacionais e antipopulares das contrarreformas montadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB). Aguarda-se para, brevemente, Lula aprovar a proposta de corte de R\$ 5 bilhões, voltado contra a educação, saúde e direitos trabalhistas.

ADQUIRA  **COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS**



Reproduzimos abaixo as resoluções apresentadas pelo POR na reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 14 e 15 de novembro. As resoluções responderam ao temário pré-estabelecido.

Resoluções

Conjuntura Nacional e Atividades

A situação nacional se encontra em grande medida determinada pelo avanço da crise mundial do capitalismo. Eis: 1) baixo crescimento, tendente à estagnação; 2) alta concentração do capital parasitário e monopolista; 3) gigantesco endividamento público incluindo as economias desenvolvidas, em particular os Estados Unidos; 4) guerra comercial dos Estados Unidos contra a China; 5) recrudescimento do protecionismo das potências; 6) guerra na Ucrânia e sanções econômico-financeiras do imperialismo contra a Rússia; 7) guerras na Faixa de Gaza e no Líbano, que podem se generalizar no Oriente Médio; 8) avanço da escalada militar; 9) rebaiamento geral das condições de trabalho e existência das massas.

Um outro sintoma da crise mundial é o da emersão das tendências fascizantes. Na Europa, fortalecem-se os partidos de ultradireita. Organizam-se correntes adeptas do nazifascismo. A recente vitória eleitoral de Donald Trump reforça a política e os métodos da ultradireita. Esse fenômeno se gesta sobre a base da decomposição do capitalismo e ampliação da barbárie social. A ultradireita fascizante se alimenta do fracasso da política imperialista da socialdemocracia e, portanto, da própria decomposição da democracia burguesa. A classe média golpeada pela crise econômica pende para a constituição de governos ditatoriais. A subordinação dos sindicatos ao Estado e à democracia burguesa vem obstaculizando a organização do proletariado no sentido contrário às tendências fascizantes. A crise de direção se manifesta na ausência de partidos revolucionários e do Partido Mundial da Revolução Socialista.

De conjunto, esses elementos e contradições da situação mundial pesam decisivamente nas condições nacionais dos países de economia atrasada e semicoloniais. É o caso do Brasil, mais importante país da América do Sul. As distinções de país a país, sem dúvida, devem ser reconhecidas. Ontem o Brasil era governado pelo ultradireitista Bolsonaro, hoje, por um governo de centro-esquerda, de frente ampla, cujo pilar é o PT que expressa o nacional-reformismo. A substituição de um governo de ultradireita por um de centro-esquerda não se constituiu como um fator de equacionamento e solução da crise nacional. Hoje a Argentina é conduzida por um governo de ultradireita, que substituiu o governo peronista de caráter nacionalista, ainda que completamente deformado. A Argentina não só continua mergulhada na crise econômica como também na dramática crise social. No Brasil, a luta de classes se mantém muito aquém das condições de pobreza e miséria dos explorados. Na Argentina, a luta de classes avança em defesa das condições de existência da maioria oprimida e contra a política econômica do governo Milei. Essa comparação ajuda a entender os reflexos da crise mundial nas particularidades nacionais dos países latino-americanos e de outras latitudes.

O governo de frente ampla de Lula não tem como responder às contradições do capitalismo brasileiro em favor do desenvolvimento das forças produtivas e se contrapor aos condicionamentos da crise mundial. Submetido ao grande capital nacional e internacional, direciona sua política econômica e social para a continuidade das contrarreformas que ganharam terreno desde os governos de Temer e Bolsonaro. Diante das pressões do impe-

rialismo, não é capaz de fazer frente à guerra comercial e às tendências bélicas que se projetam mais vigorosamente por cima das fronteiras nacionais. Com a volta do governo Trump, terá menor margem de manobra diante dos choques que vêm opondo os Estados Unidos e sua aliança à China e à Rússia. Quanto maior for a dificuldade de crescimento da economia mundial, mais dura será a guerra comercial.

A economia brasileira padece do baixo crescimento e da estagnação há décadas. A sua dívida pública é uma grande trava às forças produtivas nacionais. O arcabouço fiscal, a reforma tributária e a reforma administrativa do governo Lula servem à sustentação da dívida pública e do parasitismo financeiro. Não há como o governo romper essa camisa de força, uma vez que administra os grandes negócios da burguesia e nasceu subordinado ao domínio oligárquico. A esmagadora vitória nas eleições municipais da direita e ultradireita indica a impotência do nacional-reformismo petista, sua decomposição e seu papel contrarrevolucionário de bloqueio à luta de classes.

A realização do G20, certamente, será mais uma demonstração de que as potências não podem abrir mão do protecionismo, da guerra comercial, das sanções, da escalada bélica e, portanto, não podem chegar a um acordo pelo fim das guerras que vêm abalando a economia mundial e acirrando a opressão nacional. A discussão sobre a questão climática não passará dos discursos demagógicos de que os países ricos deveriam apoiar financeiramente os países pobres. Está claro que a ordem mundial constituída após a Segunda Guerra se desagrega e dá lugar à escalada militar.

O fundamental dessa caracterização e reconhecimento da crise estrutural do capitalismo está em que objetivamente emerge o programa da revolução social e com ele as novas condições da luta anti-imperialista, que somente o proletariado, organizado e em luta pode encarnar. Sem o combate orientado pela revolução social, não é possível enfrentar as guerras e a escalada militar. O fundamento desse programa reside na derrubada revolucionária da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. As centrais e sindicatos, obrigatoriamente, têm de se colocar no campo da revolução social para exercer a independência de classe e impulsionar a luta organizada das massas.

Partindo dessas considerações, cabe à plenária da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas aprovar uma linha classista de resposta à crise econômica, social e política. Em resumo aprovar: 1) um programa de ação que unifique a classe operária e demais trabalhadores em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; que unifique para derrubar as contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da terceirização; que unifique para impedir as novas contrarreformas que vêm sendo encaminhadas pelo governo Lula; que unifique em defesa do salário mínimo vital, calculado de acordo com a necessidade real da família trabalhadora; que unifique contra as privatizações e que defenda a reestatização sob o controle operário da produção; 2) um programa de ação que se volte contra o pagamento da dívida pública e pelo seu cancelamento, que exija maiores recursos para a saúde, educação e moradia.

CONTINUA →

Reforma Administrativa e o ataque aos direitos dos trabalhadores

Há uma violenta ofensiva dos governos federal e estaduais em avançar com a reforma administrativa. Boa parte dessa reforma já vem sendo implantada nos estados. O Supremo Tribunal Federal acabou de dar aval para a contratação de servidores públicos pela CLT, um mecanismo que leva ao fim da estabilidade. A reforma da Previdência dos servidores, boa parte aprovada em governos do PT, já tinha cortado antigas conquistas e, nesse momento, tem sido alvo para novos ajustes, visando colocá-la no mesmo patamar da reforma do INSS decretada por Bolsonaro. As justificativas são sempre as mesmas: déficit da Previdência.

Lula já tem em mãos mais uma contrarreforma, que atinge duramente a maioria trabalhadora, aposentados, doentes e pensionistas. Trata-se de um conjunto de ataques que golpeia até mesmo o “assistencialismo” de seu governo, a exemplo dos cortes nos programas sociais, saúde e educação. Tudo para salvar o “Teto de Gastos” ou o Arcabouço Fiscal. A chamada revisão do orçamento, que afeta o BPC, seguro desemprego, abono salarial, seguro defeso, Fundeb, entre outros, é mais uma parte das contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro. Está aí por que dizemos que o governo de frente ampla de Lula está voltado a proteger os interesses das corporações financeiras, portanto, dos credores da dívida pública.

As negociações que ocorrem no Congresso Nacional, que vão desde a substituição dos presidentes do Senado e da Câmara de Deputados até cargos nos ministérios, têm contado com a participação e convicção das direções sindicais que sustentam a governabilidade de Lula. Essa unidade visa tão somente à aprovação da contrarreforma promovida pelo ministro Haddad e Tebet. Esse pacote expressa, inclusive a pressão da oposição bolsonarista. Está claro que o governo, Congresso Nacional e o STF se deram as mãos para atacar a maioria oprimida, que terá seus poucos “benefícios” varridos.

A investida do governo Lula contra as massas trabalhadoras revelam, também, o quanto as consequências da crise econômica mundial, potenciadas pelas guerras de dominação na Ucrânia e Faixa de Gaza e pela guerra comercial dos Estados Unidos com a China, afetaram e afetam o Brasil. Descarregar seus efeitos sobre os ombros da maioria da população é o receituário ditado pelo capital financeiro ao mundo todo. O governo Lula terá de seguir firmemente tais ditames. E deixar de lado as promessas eleitorais e rezar a cartilha dos “ajustes fiscais”.

As centrais sindicais, principalmente CUT, CTB, Força Sindical, estão com a tarefa de conter o descontentamento dos trabalhadores e da juventude pobre. Por isso, não erguerão um movimento de massa contra as reformas do governo Lula. Não por acaso, escondem o nome Lula e falam em medidas do ministro da Fazenda Haddad.

Dessa forma, cabe à CSP-Conlutas definir o caminho para enfrentar nas ruas a contrarreforma de Lula. O ponto de partida está na organização das assembleias a partir dos sindicatos operários e dos servidores públicos. E um chamado à unidade dos sindicatos, movimentos populares e estudantis para a preparação de uma paralisação nacional, um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde e educação públicas. Portanto, a defesa de um programa de ação, que proteja de fato a existência da maioria oprimida. Um programa de ação sob a bandeira de não pagamento da parasitária dívida pública.

Cabe à CSP-Conlutas denunciar e combater as direções burocráticas da CUT, Força Sindical, CTB e outros aparatos, realizando uma campanha nacional pela independência política dos organ-

mos dos trabalhadores diante dos governos burgueses. É com independência política que os trabalhadores confiarão em suas próprias forças e pressionarão a CUT e demais centrais a romperem com o governo Lula e sua política de contrarreformas. Esse posicionamento é de choque aberto contra a burocracia colaboracionista, contra a estatização dos sindicatos e contra o divisionismo sindical imperante.

A própria CSP-Conlutas tem de rever sua posição de subordinação ao sindicalismo burocrático, uma vez que sua direção não tem conseguido organizar a luta nacional e se adaptado à camisa de força do burocratismo e corporativismo encarnados pela CUT, Força Sindical e CTB, que são os três aparatos que controlam o movimento sindical. A Coordenação Nacional deve realizar uma avaliação crítica e autocrítica de adaptação da CSP-Conlutas aos limites impostos pelos sindicalismo burocrático e colaboracionista.

Os impactos das mudanças climáticas sobre a vida dos trabalhadores

1. Mudanças climáticas são próprias das leis físicas da natureza. A ação da sociedade humana inevitavelmente interfere em seu equilíbrio. A economia se constitui no fator determinante da relação entre a espécie humana e a natureza. A existência da sociedade depende dos meios naturais, que são utilizados e transformados pela atividade social do homem. As forças produtivas que se desenvolveram e se desenvolvem historicamente por meio dos modos de produção expressam o grau e o ritmo de utilização e interferência pela sociedade humana nas leis da natureza. O último modo de produção baseado na divisão de classes, que é o capitalismo, elevou as forças produtivas a um patamar jamais obtido. A indústria, a ciência e a tecnologia permitiram uma vasta utilização dos recursos naturais e, portanto, potenciação da força de trabalho. Com o avanço das forças produtivas, foram evidenciando-se as contradições entre a sociedade humana e a natureza; entre as leis econômicas e as leis naturais. No atual estágio do capitalismo mundial, tais contradições se potenciaram e se ampliaram de tal forma que a própria burguesia teve de reconhecer os perigos dos desequilíbrios climáticos. No entanto, não pode alterar a relação caótica entre a economia e a natureza. Os seus cientistas demonstraram que o aquecimento global deve ser controlado e contido. O Acordo de Paris, de 2015, reconheceu o diagnóstico de que era imperativo reduzir a “emissão de gases do efeito estufa”. Nesse transcurso de tempo, os 147 países signatários se mostraram impotentes para cumprir objetivos declarados. O diagnóstico e o prognóstico científicos revelaram-se corretos. Mas as soluções de ordem econômica evidenciaram limitações e impossibilidades. As inúmeras COPs, realizadas desde 1995, se transformaram em um palco para teatralizações. Os planos de “mudança de matriz energética”, reciclagem, preservação do resta da flora e fauna, reflorestamento, proteção às nascentes dos rios, despoluição etc. não passaram e não passam de um jogo comercial e político ditado pelas potências que mais devastaram e saquearam; e que, assim, mais contribuíram para se chegar a atual situação crítica dos desequilíbrios naturais. É preciso deixar claro que nenhuma solução virá da burguesia imperialista e da burguesia servil das semicolônias. Esse é o ponto de partida de classe para se estabelecer uma resposta programática que venha do proletariado e da maioria oprimida.

2. Em todo o mundo, os desequilíbrios climáticos manifestam-se na forma de energia que devasta regiões e cidades. O aumento da capacidade destrutiva de tais forças e de sua frequência indica catástrofes ainda maiores que estão por vir. Embora esse fenôme-

no não distingue classes sociais, suas consequências econômicas e sociais recaem em maior medida sobre as nações oprimidas e as populações pobres e miseráveis. Um retrato recente se encontra na inundação que atingiu o Rio Grande do Sul e, agora, Valência, na Espanha. São os trabalhadores que perdem suas casas, empregos e, mais grave ainda, perdem familiares. Os exploradores e os mais ricos são protegidos. Uma parcela dos capitalistas, no final das contas, ganha com as catástrofes, movimentando seus negócios e recorrendo aos subsídios governamentais. É o que demonstra as dramáticas inundações que atingiram o Rio Grande do Sul. Os governos e sua imprensa, no entanto, colocam na mesma condição o empresário e o assalariado, o pequeno-comerciante e o grande capitalista, o pequeno agricultor e o agroindustrial. Os recursos destinados aos desastres ambientais ficam, em grande medida, em poder dos grupos econômicos dominantes. A difícil situação das massas se agrava ainda mais. O fenômeno natural se transforma e tormenta social da maioria oprimida. É preciso, portanto, distinguir as consequências dos desequilíbrios climáticos do ponto de vista de classe. Também nesse caso é ponto de partida para a resposta dos explorados.

3. Os dois pontos acima demonstram: a) os desequilíbrios climáticos estão intimamente ligados às relações capitalistas de produção e distribuição, bem como de dominação imperialista; b) as devastações causadas pelas forças da natureza, em tais condições, recaem em grande medida sobre os explorados e as nações semi-coloniais. Essa interdependência coloca as respostas de classe. A burguesia não pode apresentar e concretizar soluções a esse problema, uma vez que é a classe que reproduz as relações econômicas e sociais que potenciam os desequilíbrios naturais. Está posta a seguinte orientação, do ponto de vista da classe operária e dos demais trabalhadores: a) o programa e a tarefa é a de pôr abaixo o capitalismo e edificar o socialismo; b) combater a burguesia e seu Es-

tado partindo das necessidades que atingem a maioria oprimida. A defesa de um programa de reivindicações diante das catástrofes é guiada pela estratégia da revolução social, ou seja, da revolução proletária. Não há separação entre o programa da classe operária nas condições “normais” das condições “anormais” determinadas pelas catástrofes climáticas. A luta pelos empregos, salários, direitos, moradias, saúde e educação ocorre diariamente. Nas situações de distúrbios causados pela “revolta da natureza”, esse programa vem à tona como emergência. Deve ser encarnado pelos sindicatos e movimentos populares. A experiência mostra que as direções burocráticas repetem a demagogia burguesa de proteção dos meios naturais, como a dos governos em torno à COP e ao G-20, mas se encolhem quando está diante de uma situação trágica como a do Rio Grande do Sul. Se alinham ao assistencialismo burguês e pequeno-burguês. Essas direções se comportam como hipócritas e serviçais porque rechaçam o programa da revolução social. Toda discussão, como a que ocorrerá na reunião da Coordenação Nacional e na “Cúpula dos Povos”, organizada pela CSP-Conlutas, que permaneça nos marcos do receituário burguês das COPs e se negue a aprovar a linha estratégica da revolução proletária, não apenas não cumprirá o objetivo classista como ocultará o capitalismo bárbaro e a responsabilidade da burguesia mundial. Para que isso não aconteça, é necessário: a) reconhecer que a anarquia da produção capitalista e o saque da natureza são os principais causadores dos desequilíbrios climáticos; b) evidenciar as consequências de classe dos desastres climáticos; c) estabelecer a linha programática do proletariado e os fundamentos de um programa para a ação; d) determinar programaticamente que a sociedade comunista é absolutamente necessária para que se elimine a produção e distribuição anárquica e compatibilize o máximo possível a relação da sociedade com a natureza por meio da economia socialista planificada.

Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas

Considerações sobre as Resoluções defendidas pelo POR e pelas demais correntes

Nos dias 14 e 15 de novembro, ocorreu a reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas. O Rio de Janeiro foi escolhido em função da manifestação contra a presença das potências imperialistas à cúpula do G20 e contra a farsa do G20 Social, montada pelo governo Lula, que contou com lideranças dos movimentos sociais, sindicais, acadêmicos e artistas, sob a bandeira de combate à fome. Durante a reunião da Coordenação da CSP-Conlutas, os delegados e observadores participaram do ato convocado pelo movimento VAT (Vida além do trabalho), no dia 15.

O formato da reunião era de uma mesa de expositores presenciais e virtuais, seguida de 15 intervenções do plenário. No último dia, houve a votação das resoluções. Foram apresentadas duas resoluções: a) a de consenso, constituída por todas as correntes que compõem a direção da central (PSTU, agrupamentos do PSOL, CST e MRT); b) a do POR. Nenhuma das resoluções foi imprensa aos delegados. A reunião contou com 96 delegados e uma centena de observadores.

No primeiro dia, a discussão foi sobre “O meio ambiente e os impactos das mudanças climáticas sobre a vida dos trabalhadores”. Entre os expositores estavam um geógrafo, um pesquisador da Fiocruz, o representante da ICMBio e o seringueiro Osmarino Amâncio. Todos assinalaram que os países capitalistas são os responsáveis pela dramática situação climática. Apresentaram um histórico das medidas já aprovadas pelas potências e governantes, mas que não foram cumpridas. Destacaram as leis e organismos criados no Brasil que em tese serviriam para proteger o meio am-

biente, mas que na verdade garantem a exploração da floresta pelo grande capital, a exemplo do Código Florestal e o Marco Temporal. Houve também uma descrição do trabalho precário dos brigadistas que enfrentam o fogo e muitas vezes perdem a vida. Alguns expositores ressaltaram que as grandes queimadas são promovidas pelo agronegócio, latifundiários, pecuaristas e madeireiros. Ao contrário, os povos da floresta sempre usaram o fogo, sem destruir a natureza. Não faltaram as citações de Marx sobre a relação do modo de produção, o homem e a natureza. Havia um consenso de que a “classe trabalhadora” deve tomar para si a luta pelo clima, que os sindicatos precisam tomar a defesa do meio ambiente. Entre as propostas de “conscientização e mobilização” estão: a luta contra a mineradoras, a erradicação do garimpo ilegal, fim das leis de proteção ao agronegócio e da exploração da energia fóssil e uso do transporte coletivo. Concluíram que essas propostas devem ser incorporadas à luta da CSP-Conlutas.

Após as exposições, houve 15 colocações do plenário. O POR interveio apresentando conteúdo geral de sua resolução. Destacou que os desequilíbrios climáticos estão vinculados à exploração capitalista, ao saque e a opressão imperialista. As consequências da destruição da natureza recaem, sobretudo, sobre as massas pobres e oprimidas. A burguesia, apesar das leis e acordos, não tem como conter os desastres climáticos, porque é a classe responsável pela devastação da natureza. Não há outra saída a não ser a defesa do programa para pôr abaixo o capitalismo e edificar o socialismo. Tarefa que faz parte do programa da classe operária.



No período da tarde, retomaram as exposições com 5 convidados sobre a Reforma Administrativa e as privatizações. Os debatedores presenciais eram militantes das correntes majoritárias da CSP-Conlutas. Virtualmente, falou o professor da USP Jorge Luiz Souto Maior e Viviane Pires, dirigente da Fenasps. Todos reafirmaram os impactos da reforma administrativa sobre os trabalhadores, a precarização dos serviços essenciais, a eliminação da estabilidade dos servidores, a entrega das estatais. Não deixaram de fazer o vínculo entre a reforma administrativa, trabalhista e previdenciária e os planos de privatização dos governantes. Concluíram assinalando a redução da responsabilidade do Estado e o favorecimento da iniciativa privada e a necessidade da mobilização para enfrentar a ofensiva dos governantes.

Em seguida, ocorreram as intervenções do plenário. O POR expôs o conteúdo de sua resolução, mostrando que a reforma administrativa é parte das contrarreformas trabalhista e previdenciária, impostas por Temer e Bolsonaro. É parte também do conjunto de medidas antitruabalhadoras ditadas pelo capital financeiro, que vem sendo anunciadas pelo governo Lula. As centrais que sustentam o governo Lula não fazem senão conter o descontentamento dos explorados, diante demissões, terceirização, informalidade e precarização das condições de trabalho. Cabe, assim, à Conlutas a tarefa de unificar os explorados para enfrentar nas ruas as contrarreformas. O ponto de partida é a organização desde as fábricas e outros locais de trabalho para um Dia Nacional de Luta, com manifestações e paralisações.

No dia seguinte, a plenária iniciou após o ato contra a PEC 6X1. Inicialmente, ocorreu as exposições das organizações do movimento negro e intervenções do plenário. A essência das colocações estava em denunciar as desigualdades raciais e exigir políticas afirmativas contra o racismo. Essa mesa encerrou com uma encenação cultural.

Na sequência, ocorreu a mesa da conjuntura e propostas. Concluiu-se novamente com as exposições das correntes que fazem parte da direção da Conlutas. Coube, ao PSTU por meio de seu dirigente José Maria, que se identificou como representante do Bloco Operário Popular, a apresentação das propostas, resumidas em três pontos: 1) unidade das lutas em torno às “demandas”; 2) organização do conjunto das organizações e movimentos; c) criação do espaço “unidade de ação”.

Finalizando a reunião, houve a apresentação de duas resoluções: a encabeçada pelo PSTU e a do POR. A da maioria, que con-

tou com todas as correntes da Conlutas (PSTU, CST, Unidos para Lutar, GOI, MRT), estava sintetizada na exposição de José Maria. E a do POR, que havia sido inscrita para a reunião da Coordenação. Nenhuma das resoluções foi entregue ao plenário.

Na apresentação da resolução, o POR iniciou mostrando que havia acordo em torno à unidade das lutas e criação de plenárias para discutir e aprovar as ações coletivas. No entanto, ressaltou as diferenças políticas e táticas em relação às colocações da maioria. Entre elas, a bandeira de oposição de esquerda para enfrentar a ultradireita e o governo de conciliação de classes. Assinalou o conteúdo de classe da bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e a estratégia do governo operário e camponês resultado da revolução social. Opôs o “programa mínimo”, enfatizando o vínculo da luta estratégica da classe operária e dos demais explorados com as reivindicações vitais, expressas no programa e nos métodos próprios de luta do proletariado. Por fim, fez uma chamada para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações, em defesa do programa próprio dos explorados.

Após a votação, o MRT fez uma declaração acanhada, dizendo que não havia acordo em relação à jornada de trabalho de 36 horas e falando que defende 30 horas semanais.

A reunião encerrou com o chamado à participação no ato em Copacabana em defesa do povo palestino e contra os governos imperialistas e genocidas do G20.

Conclusão

A reunião da Coordenação Nacional mostrou uma debilidade da central. A maioria dos presentes era constituída por militantes das correntes ligados aos serviços públicos. Havia uma reduzida delegação operária de petroleiros do Rio de Janeiro e de alguns sindicatos metalúrgicos, controlados pelo PSTU. Apesar do formato democrático da reunião, as decisões, como ocorrem em plenárias da Conlutas, são acordadas previamente com as correntes que compõem a direção da central.

Essa foi a primeira vez que o POR interveio em uma reunião da Coordenação Nacional, expressando suas posições nas Resoluções encaminhadas à Conlutas.

O POR considera importante participar da CSP-Conlutas, uma vez que permite à vanguarda revolucionária lutar pela desestatização dos sindicatos e ter independência política da classe operária.

Publicamos abaixo o Manifesto do Partido Operário Revolucionário distribuído nas manifestações pelo fim da jornada 6X1

Pelo fim da escala 6x1

Pela escala móvel das horas de trabalho, com redução da jornada, sem redução dos salários!

Que as Centrais sindicais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, pelos empregos, salários e direitos!

No dia 15 de novembro, foram convocados atos em diversas capitais brasileiras com a bandeira da defesa do fim da escala 6x1. A reivindicação ganhou força a partir de setembro de 2023, quando o ex-balconista Rick Azevedo desabafou sobre a desumanidade desse tipo de jornada, com uma única folga semanal, que nem mesmo é usufruída no domingo. Na sequência, foi criado o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) em torno de uma petição di-

recionada ao Congresso Nacional, pedindo uma revisão na CLT. A denúncia da exaustão física e mental e da precariedade, agravada com a contrarreforma trabalhista, ganhou visibilidade nas redes sociais. Em 01 de maio de 2024, a deputada federal do PSOL, Erika Hilton, elaborou uma Proposta de Emenda à Constituição, alterando o inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada máxima de trabalho de 44 para 36 horas semanais.

A campanha em torno do VAT catapultou Rick Martins à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, sendo o vereador do PSOL mais votado. A repercussão midiática resultou em pressão sobre parlamentares e, no dia 13 de novembro, a adesão de parlamentares à proposta ultrapassou as 171 assinaturas exigidas, permitindo o início da tramitação. A proposta originada no PSOL, reedita uma proposição semelhante à do PT, de 2019, a PEC 221/2019. A direita tentou combater a proposta, porém, seus próprios seguidores, em geral trabalhadores precarizados, passaram a cobrar um posicionamento em defesa do trabalhador. Como resultado, começou a haver adesões de parlamentares do MDB, PSD, Cidadania, Avante e até o PL.

O governo tem sido cobrado a se posicionar, porém, tem adotado a posição de expectador, havendo diferentes manifestações por parte de ministros. Vergonhosamente, o Ministro do Trabalho, defendeu a redução, porém por meio das negociações coletivas, dentro dos parâmetros do negociado acima do legislado, como estabeleceu a contrarreforma trabalhista de Temer. A mesma posição foi repetida pelo presidente da CUT. Ante a pressão, porém, no dia 13/11, os presidentes da CUT, Força Sindical, UGT, CSB, Intersindical, Pública e NCST assinaram uma carta apoiando o movimento de redução. A falsidade do apoio é evidente, uma vez que não há uma convocação de paralisações da classe operária e demais trabalhadores para exigirem a redução da jornada, sem redução dos salários.

A escala 6x1 predomina entre os trabalhadores do comércio (supermercados, shoppings, farmácias) e serviços, como bares e restaurantes. A princípio, o setor patronal ridicularizou a proposta como estapafúrdia. Porém, diante da ampliação das pressões políticas e início da tramitação, já passam a negociar compensações financeiras, caso a medida seja aprovada ou aprovação de redução de jornada com redução de salário.

Nenhuma ilusão no parlamento

As discussões levantadas pelo VAT têm o mérito de erguer o tema da redução de jornada, o que mostra o imenso potencial das bandeiras de defesa da força de trabalho e da vida dos trabalhadores. Porém, desde seus primeiros passos subordina a reivindicação ao terreno parlamentar. No mesmo momento em que esse debate se dá de forma entusiasmada nas redes sociais, o governo prepara uma sequência de medidas antipopulares, em conjunto com o judiciário (que deu mais um golpe na estabilidade dos servidores públicos) e parlamento. O governo Lula/Alckmin, encabeçado pelo Ministro da Fazenda Fernando Haddad, arquiteta restrições no salário mínimo, aplica-se pentes finos em benefícios sociais e projeta-se maneiras de continuar sustentando os parasitas que enchem seus cofres com os juros da dívida pública.

O Partido Operário Revolucionário trabalha para que seja vitoriosa a reivindicação de fim da jornada 6x1, com redução da jornada, sem redução de salário. Por isso, chama a classe operária, demais trabalhadores e juventude oprimida a marchar com independência perante a burguesia. As correntes reformistas se esforçam por convencer os patrões e seus representantes no parlamento de que a redução da jornada para quatro dias na semana (4x3) será boa para os negócios. Se amparam em experimentos em países de capitalismo adiantado em que se preservou a lucratividade, mesmo com a redução dos salários. Esse caminho fortalece a ilusão dos trabalhadores.

É preciso cultivar a consciência de classe. A compreensão profunda de que os interesses dos trabalhadores e dos patrões são inconciliáveis. A partir desse entendimento, é possível desmascarar a armadilha do eleitoralismo. A conquista da redução da jornada, sem redução dos salários só poderá ser fruto dos métodos da classe operária, das paralisações, greves, ocupações, bloqueios de ruas e avenidas e grandes marchas.

As Centrais Sindicais foram expostas em sua passividade, uma vez que as bandeiras históricas de redução da jornada estavam soterradas embaixo do entulho da política governista. Diante da inquietação dos trabalhadores a respeito do tema, agora se posicionam a favor. Devemos exigir que sejam consequentes. Se defendem o fim da jornada 6x1, que convoquem um verdadeiro Dia de Luta que paralise a economia e mostre a força da classe operária e demais trabalhadores.

A defesa do fim da escala 6x1 não pode se restringir a uma revisão da maldita reforma trabalhista de Temer. Essa desgraça precisa ser revogada integralmente, assim como outras legislações que retiraram direitos. As Centrais que dizem defender a redução da jornada sem redução dos salários precisam mobilizar todos os seus sindicatos, convocar movimentos sociais e organizações políticas a constituírem comitês de luta nos locais de trabalho, estudo e moradia. A erguer assembleias populares. É por essa via que será possível arrancar da burguesia a defesa do direito dos trabalhadores ao descanso. No lugar da escala 6x1 e de outras jornadas, devemos exigir a escala móvel das horas de trabalho. Que nenhum trabalhador fique sem emprego, que as horas nacionais de trabalho sejam divididas entre todos os aptos a trabalhar.

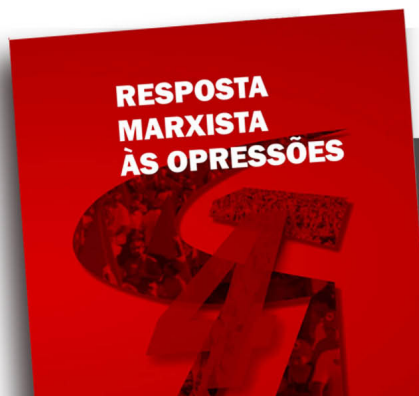
Que os atos de 15 de novembro sejam o ponto de partida para um poderoso movimento de massas pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização; garantia do salário mínimo vital de R\$ 6.769,87 (calculado pelo DIEESE); fim das privatizações e reestatização do que foi privatizado; e contra os cortes no orçamento da saúde, educação e outras áreas sociais.

Toda força à luta direta dos explorados em defesa do emprego e salário a todos que vivem da sua força de trabalho!

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Publicamos abaixo o Manifesto dirigido às manifestações do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Lutar pelas condições de vida das massas negras sob a estratégia da revolução socialista

O mês da Consciência Negra, em particular o dia 20 de novembro, que no Brasil faz referência a Zumbi dos Palmares e luta dos negros contra a dominação escravista, acontece neste ano de 2024 em um contexto de profunda decomposição do capitalismo, de avanço das tendências fascistas e xenofóbicas em todo o mundo, de atraso social e cultural das massas em geral, e aumento da opressão, sob todas as formas, contra os trabalhadores. Esse peso econômico-social destrutivo recai com um peso particular sobre a maioria preta e pobre no país. A partir dos aspectos gerais, brotam ramificações que dão um contorno preciso de até que ponto chegou a opressão capitalista sobre as massas negras no Brasil. As principais ramificações são a opressão sobre a força de trabalho e a violência e matança policial.

O capitalismo vai de uma bancarrota a outra. Mal começa uma recuperação tímida de uma crise, e outra sobrevém, não permitindo que a economia mundial recupere o patamar de alguns anos atrás. Internacionalmente, a situação está marcada pela guerra comercial entre os EUA e a China, que com o retorno de Trump à presidência dos Estados Unidos tem grandes chances de recrudescer. Projeta-se a escalada bélica no mundo todo, que passa pelo aumento do investimento em armas, munições e outros artefatos por parte dos países imperialistas. A guerra na Ucrânia, que se aproxima aos três anos, e o genocídio praticado pelo Estado sionista de Israel sobre os palestinos, são manifestações desse cenário destrutivo. Esse quadro de avanço das tendências destrutivas expressam o esgotamento da partilha do mundo do pós Segunda Guerra Mundial, somado à crise do capitalismo do último período.

Diante disso, os governos nacionais são obrigados - não porque seja contra sua vontade, mas por seu caráter de classe - a despejar a crise sobre as costas da maioria oprimida, além de não serem capazes de reverter os profundos ataques dos governos anteriores. Sejam os governos de centro-esquerda, direita ou extrema-direita, todos vêm aplicando medidas de ajuste fiscal, determinadas pelo poder econômico, em particular pelo capital financeiro internacional.

O governo Lula, neste sentido, é exemplar: não reverteu nenhuma reforma aprovada nos governos Temer e Bolsonaro, e ainda aprofundou os ataques com a reforma tributária, o arcabouço fiscal e, agora, com um conjunto de cortes que incluem a saúde, a educação e direitos sociais importantes como o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.

As tentativas da base militante dos reformistas de tentar blindar Lula, responsabilizando somente Haddad e Tebet por esse pacote, não passam de uma manobra grosseira, que deve ser prontamente rejeitada por qualquer trabalhador consciente.

Sem dúvida, serão as massas negras do país as mais impactadas por esse conjunto de medidas do governo burguês de Lula. O fato de ser a maioria pobre do país obriga os negros mais velhos a dependerem fortemente do BPC, e os mais jovens padecerem dos efeitos dos cortes, além dos problemas que já assombram as massas pretas em geral e que governo nenhum resolve: a violência e matança policial, o subemprego, o encarceramento da juventude etc.

É nesse contexto, de aprofundamento do arrocho sobre as condições de vida da maioria por parte do governo petista, que surgiu um movimento contra a escala 6x1. Tal luta é de primeira ordem para a maioria preta e pobre, já que os setores que costumam se utilizar dessa escala são justamente os que têm os menores salários e as piores condições de trabalho, como o setor de serviços, de comércio e uma parte considerável da classe operária. No último dia 15, um grande contingente saiu às ruas para defender o fim dessa escala. Estiveram, no entanto, submetidos à política pró-capitalista do PT, PCdoB e PSOL, que instrumentalizam a luta nas ruas em favor das disputas e métodos parlamentares.

O conteúdo de classe desse movimento, no entanto, supera os estreitos limites do parlamento burguês, trata-se da necessidade de reduzir a jornada de trabalho sem reduzir os salários, o que significa uma expressão da luta de morte entre o capital e o trabalho. As massas exploradas, pretas e brancas, devem tomar essa luta em suas mãos, dando a ela seu caráter de classe, e transformando no ponto de partida para um movimento mais amplo, pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária, pelo fim das terceirizações, e por um salário mínimo vital, que cubra as necessidades da família trabalhadora e que seja reajustado automaticamente de acordo com a carestia do custo de vida. Certamente, essa tarefa colocaria também para as massas oprimidas do país a necessidade de superar a crise de direção revolucionária forjando, na própria luta, seus instrumentos próprios de organização.

Se as massas negras tomarem para si a luta pelo fim da escala 6x1, que não deve significar outra coisa senão a redução da jornada sem redução dos salários, certamente se colocarão em outro patamar na luta de classes, com condições de superar assim os divisionismos identitários que lhes são impostos, revelando toda a profundidade da tese de que a opressão racial é uma manifestação da opressão de classe.

A matança da juventude preta e pobre

Não bastasse a opressão sobre força de trabalho explorada no capitalismo, as massas negras, em especial a juventude, sofrem com a violência e matança promovidas pelo próprio Estado. Os números são fartos e estarrecedores, bastam alguns para exemplificar: o relatório Pele Alvo, que monitorou 9 estados, indica que as polícias mataram ao menos 7 pessoas negras por dia em 2023. Ao todo, foram 4.025 vítimas. Destas, 3.169 casos foram disponibilizados os dados de raça e cor, sendo que 2.782 (87,8%) dos mortos eram pessoas negras. A ausência de dados da maioria dos estados, no relatório, deixa claro que os números são bem maiores.

Este 20 de novembro de 2024 está marcado pela permanência dessa violência. O caso recente do jovem Gabriel Soares, assassinado na frente do mercado Oxxo com 8 tiros, por um policial de folga, marca com sangue preto essa data. Por outro lado, as pesquisas acadêmicas pululam, as políticas afirmativas dos governos são inúmeras, a criminalização do racismo tem aumentado, sem, no entanto, modificar o quadro geral e, sequer, amenizá-lo. O que explica essa aparente contradição?

Em primeiro lugar, o fato de o racismo ser uma manifestação particular da opressão de classe, o que o coloca em íntima relação com o modo de produção capitalista e sua manutenção. Não poderá ser superado nos marcos da propriedade privada dos meios de produção. As pseudoteorias que separam a opressão racial da social, de classe, não fazem senão desviar a luta das massas negras por sua emancipação definitiva como parte da emancipação de todos os trabalhadores da escravidão capitalista.

Em segundo lugar, pelo fato de o movimento negro organizado refletir a crise de direção revolucionária que recai sobre os explorados como um todo. A traição da socialdemocracia da Segunda Internacional, de um lado, e do estalinismo que destruiu a Terceira Internacional e o Partido Bolchevique - primeiro programaticamente e depois fisicamente -, de outro, estão na base dessa crise. O fato de a Quarta Internacional ter sido dissolvida e não ter podido

se firmar como Partido Mundial da Revolução Socialista completa a situação que mergulhou as massas exploradas no mundo todo em um grande atraso político e organizativo, que reverbera sobre todos os movimentos particulares, estudantil, camponês, negro etc. Esse fenômeno é de ordem histórica e só poderá ser superado na luta pela construção dos partidos operários revolucionários nacionais e pela reconstrução da Quarta Internacional.

O POR e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se colocam nessa tarefa e trabalham incansavelmente pela superação da crise de direção. Trata-se de unificar as reivindicações particulares que combatem a opressão racial, com as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em geral, e essas, por sua vez, com a luta revolucionária para substituir a propriedade privada pela propriedade social, base para a superação de todas as opressões.

Abaixo apresentamos uma avaliação da intervenção do POR em São Paulo

21º Marcha da Consciência da Negra

O dia 20 de novembro de 2024 foi considerado, pela primeira vez, feriado nacional. A 21ª Marcha da Consciência Negra ocorreu na Avenida Paulista, com tema “Palmares de Pé. Racismo no Chão! Zumbi e Dandara em nós!”. Participaram da manifestação partidos políticos e movimentos sociais ligados ao movimento negro. O POR compareceu com a bandeira “Lutar pelas condições de vida das massas negras sob a estratégia da revolução socialista.”

Diferente de outros anos, a organização não realizou um chamado aberto para preparar e organizar a manifestação. A divulgação do chamado para a marcha só apareceu nas redes sociais uma semana antes. As mais de duas horas de concentração com músicas e atividades religiosas deram o caráter geral da marcha, dado pelas direções do movimento negro. Manteve-se a tendência das marchas passadas em colocar um sinal de igual entre a luta dos negros e as expressões das religiões de matriz africana. As intervenções políticas das diversas organizações só puderam ser feitas a partir da descida da rua Augusta. Chegando perto do Teatro Municipal, onde seria o encerramento do ato, a direção do movimento parou a marcha e as intervenções políticas para realizar uma roda de capoeira, o que levou à dispersão quase completa da manifestação.

As intervenções feitas no carro de som não criticaram a política do governo Lula, apenas dos seus ministros como se eles não seguissem as determinações de Lula/PT e da burguesia. As duas ou três intervenções que criticaram o pacote de cortes, o fizeram sem nomear claramente os responsáveis: “estão querendo cortar da saúde e educação”. A escolha, de não fazer críticas ao Estado burguês e à burguesia racista, ocorre em função da política das direções de privilegiar as disputas eleitorais e a participação no parlamento. A questão culturalista ganhou destaque na marcha. As direções do movimento negro não tiveram nenhuma proposta de ação para enfrentar as contrarreformas de Lula, que impõem aos oprimidos o desemprego, a pobreza e a miséria e o aumento da violência policial.

O imperialismo, por meio do capital financeiro, determina a linha da política nacional para que a dívida pública e seus interesses estejam garantidos. As contrarreformas do governo Temer, Bolsonaro vêm sendo seguidas pelo governo de frente



Ampla de Lula/Alckmin. O Teto dos Gastos e agora o Arcabouço Fiscal visam tão somente descarregar a crise econômica sobre as massas trabalhadoras. O PT diz em palavras ser contra as opressões, mas suas ações garantem os interesses da burguesia racista.

O governo de Lula/PT, assim, necessita avançar na destruição das condições de vida dos explorados em geral, mas são os pretos que mais sofrem a superexploração do trabalho, que vem do escravismo colonial. No país, é nítida a manifestação de opressão de classe, através da exploração e violência contra os negros e os povos originários.

A 21ª Marcha da Consciência Negra não contou com a presença das centrais sindicais, somente com a participação individual de alguns de seus representantes. Por ser um feriado nacional, a classe operária deveria estar organizada. Porém, as direções sindicais não trabalham pela emancipação da opressão racista, defendendo as reivindicações que unificam todos os explorados.

O POR combateu na prática o culturalismo e a exaltação religiosa com a defesa da unidade dos explorados para combater o racismo com política proletária. Ao longo da marcha, o partido chamou a atenção por levantar palavras de ordem proletárias que vincularam a luta dos negros com a exploração do trabalho, “escala 6x1 destrói o proletário, reduzir a jornada sem reduzir o salário”, e com o genocídio na Palestina “chega de chacina, PM na favela e Israel na Palestina” entre outras. Durante uma dessas palavras, um rapaz que carregava junto com um grupo uma bandeira com os dizeres: “Pelo fim do genocídio do povo negro”, pediu que parássemos com aquelas palavras pois o ato era pacífico. Os poristas responderam que ele estava errado, que o capitalismo não é pacífico, que a polícia não é pacífica, que o Estado burguês não é pacífico. Esse caso pontual serve para mostrar como as ideologias burguesas, como o pacifismo, penetram no movimento e devem ser constantemente combatidas. Por fim, o partido fez um chamado para que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, em defesa do programa e dos métodos próprios dos trabalhadores. Levantou a bandeira “Racismo se combate com luta e não por meio do parlamento!”



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XX - 2ª Quinzena de Novembro/2024

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Para cumprir o Arcabouço fiscal, Lula lança novas contrarreformas

Que as centrais e sindicatos organizem um Dia Nacional de Luta contra os ataques aos explorados

Lula recebeu com toda pompa os governos genocidas do mundo. No G20, não faltaram discursos e promessas para acabar com a fome. Milhões foram gastos para proteger e recepcionar os representantes das potências saqueadoras das nações oprimidas. Logo após os festejos, o governo Lula anunciou o corte de R\$ 5 bilhões, visando cumprir o Arcabouço Fiscal. Para garantir o pagamento da dívida pública, Lula lançará um conjunto de medidas antiope-rárias e antipopulares. Trata-se da continuidade das contrarreformas trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização, impostas por Temer e Bolsonaro.

Qual deve ser a conduta das direções sindicais? Certamente, organizar a luta para pôr abaixo a contrarreforma do governo Lula. Para isso, os trabalhadores vêm mostrando disposição de luta. As manifestações contra a escala 6x1 em todo o Brasil atestam essa disposição de enfrentar nas ruas mais um ataque do governo.

Mas, qual tem sido o grande obstáculo para derrotar as contrarreformas? São as direções sindicais, que rejeitam os métodos próprios dos trabalhadores e alimentam ilusões de que é possível derrotar as medidas antiope-rárias por meio da conciliação, da colaboração e do chamado “diálogo” com o governo Lula. FALSO! Esse caminho já foi provado, e só trouxe derrotas para as massas trabalhadoras.

O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais trabalhadores a exigirem que as direções sindicais e populares convoquem as assembleias democráticas, para pôr abaixo as contrarreformas de Lula, Temer e Bolsonaro. Que defendam a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, como ponto de partida para a preparação da greve geral em defesa de um programa próprio dos explorados, pelo emprego, salário, direitos trabalhistas e fim das contrarreformas.

Reduzir a jornada, sem reduzir os salários, para que haja empregos e melhores condições de vida a todos os trabalhadores

Acabar com a superexploração da jornada 6x1!

A luta pelo fim da jornada 6x1 ganhou projeção nacional. Ocorreram manifestações em quase todas as capitais. A denúncia do trabalho semiescravo que estão submetidos milhões de assalariados veio à tona por meio da reivindicação de fim da escala 6x1. Expôs também as jornadas exaustivas de 8, 10 e 12 horas por dia, o desemprego de 7 milhões de trabalhadores e os 38,8 milhões que estão na condição de subempregados, vivendo de bicos ou de prestação de serviços temporários.

Diante das manifestações pelo fim da escala 6x1, os burocratas sindicais da CUT e aliados, apesar de dizerem que é muito difícil aprovar a redução da jornada no Congresso Nacional, assinaram que “neste momento, é preciso retomar este debate e aproveitar essa onda para pressionar o Congresso Nacional e os empresários”. Eis aí os traidores das massas trabalhadoras. No momento em que os explorados ganharam as ruas, os dirigentes, que controlam a maioria dos sindicatos, propõem pressionar o Congresso Nacional, que nada mais é do que uma cova de laráprios.

O Boletim Nossa Classe denuncia a conduta dos burocratas sindicais. Faz campanha junto às fábricas e outros locais de trabalho pela redução da jornada, sem redução do trabalho. Defende a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais de trabalho entre todos aptos ao trabalho), para que haja emprego a todos. E reforça o método próprio da classe operária, que é a luta direta. Confiar em nossas forças coletivas!

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

**CAMPANHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE
CONTRA AS DEMISSÕES E OS
ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO
CAPITALISTA DO TRABALHO**



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO
2023



NOSSA CLASSE
Pela organização independente dos trabalhadores
sob o programa da revolução proletária!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Defender as assembleias e constituir os comitês de luta

As experiências já demonstraram que a pressão no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas só tem trazido derrotas aos trabalhadores. Basta lembrar o que ocorreu com a pressão aos deputados na época da aprovação das contrarreformas trabalhista e previdenciária; e também com as privatizações do governo Tarcsio. O que vimos, na realidade, foram os trabalhadores sendo derrotados em luta. Agora, estamos diante do combate à escala 6x1 e às novas contrarreformas do governo Lula. Novamente, os burocratas querem conduzir o movimento para o terreno da burguesia, que é o parlamento. NÃO! Companheiros. Esse terreno é próprio dos capitalistas e dos governantes. Nosso terreno é outro. É o da luta direta contra as medidas antioperárias e antipopulares.

O Boletim Nossa Classe reafirma que somente com os métodos de luta da classe operária, que são a greve, a ocupação das fábricas, paralisações e bloqueios, será possível conquistar a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, o fim da jornada 6x1 e um salário mínimo vital. Será possível impor nosso programa de reivindicações. Para isso, nossa tarefa é a de constituir os comitês de luta nos locais de trabalho, estudos e moradia. Erguer as assembleias populares nos bairros. É por essa via que será possível arrancar da burguesia e dos governos o emprego a todos por meio da redução da jornada sem redução dos salários e pôr fim às contrarreformas.

Denúncia:

Empresa SeSé quer que operários trabalhem doentes para aumentar a produção

Os companheiros da empresa SeSé, terceirizada na Mercedes, denunciaram que a empresa inventou uma bonificação no vale-alimentação de R\$ 540,00, chamada “ação de natal”, para os trabalhadores que não faltarem ou chegarem atrasados, incluído os dias adicionais. A empresa informou ainda que os atestados de gripe ou virose não serão pagos. Somente serão pagos os atestados que forem de acidentes ou doenças graves. Ou seja, para atender as metas de produção exigidas pela Mercedes, a SeSé quer que os operários trabalhem doentes. A Mercedes e a terceirizada só fazem isso porque a direção do sindicato metalúrgico do ABC negocia a terceirização e permite a superexploração dos trabalhadores terceirizados e efetivos.

O Boletim Nossa Classe chama os operários efetivos, terceirizados e contratados na Mercedes e demais empresas a se organizarem no chão de fábrica para construir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias. Exigir que a direção do sindicato convoque assembleia imediatamente para organizar a luta contra a terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados; pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores.

Direções sindicais abandonam a luta e culpam os operários por recusa de pagamento da contribuição sindical

No dia 28/10, trabalhadores da educação formaram uma fila gigante no entorno do Sindicato para entregar uma carta exigindo o não desconto da contribuição sindical. A burocracia sindical não organiza a luta e depois culpa os operários por não aceitarem o pagamento da contribuição sindical.

Os sindicatos foram criados para organizar a luta contra a exploração e defender as reivindicações da classe operária. A burocracia há muito abriu mão da luta pelas reivindicações essenciais dos operários, como os empregos, salários e direitos, e passaram a negociar todo tipo de acordo que impacta diretamente os trabalhadores. Está aí, porque o número de trabalhadores sindicalizados vem reduzindo a cada ano. E a burocracia, assim, impõe a contribuição sindical.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos devem se manter única e exclusivamente com a contribuição financeira dos filiados, debatida e aprovada em assembleia democrática. Para ganhar a confiança e o apoio dos operários, os sindicatos devem ser independentes, se apoiar na democracia operária e organizar a luta por um programa próprio de reivindicações da classe operária. É importante ter claro que se desfiliar do sindicato somente facilita o ataque dos patrões (burguesia) aos trabalhadores. O sindicato é um instrumento de luta e de organização da classe operária. Devemos lutar por constituir direções classistas, para recuperar os sindicatos para a luta.

Avibras: empregos não se negociam! Se defendem com a luta!

Que o sindicato aprove a ocupação da fábrica e coloque a fábrica para funcionar sob o controle operário

No dia 21 de novembro, os operários/as da Avibras realizaram uma marcha no centro de Jacaré exigindo o pagamento dos vinte salários atrasados e multas. O Sindicato informou que fariam com o novo investidor, que está interessado em adquirir a Avibras, uma terceira rodada de negociação, no dia 22. O último encontro terminou sem acordo. O Sindicato reivindica que o pagamento seja feito na íntegra, com parcelamento em no máximo quatro vezes. O investidor propôs que os trabalhadores renunciem a todas as multas relativas aos atrasos salariais. Além disso, os 20 salários pendentes seriam divididos em 13 parcelas.

O Boletim Nossa Classe chama os operários da Avibras a rechaçarem a proposta da patronal e a do sindicato e levantar a

bandeira: emprego não se negocia! Se defende com a greve, com a ocupação da fábrica. Com a convocação da assembleia geral dos metalúrgicos de São José dos Campos e região. Já são mais de dois anos que a direção sindical se limita a ficar implorando e pedindo ao governo municipal, estadual e federal que interceda para resolver o problema e nada fizeram. O direito aos empregos e salários não se pede, se impõe aos patrões e ao governo por meio do método próprio de luta da classe operária que são a greve, a ocupação de fábrica, manifestações e bloqueios. Que o Estado pague os salários e direitos dos trabalhadores. Nada de trocar o atual patrão parasita por outro. É necessário defender a estatização da Avibras, sob o controle operário.

Manifestações pelo fim da escala 6x1

O Partido Operário Revolucionário assumiu plenamente a campanha pela redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários. Avaliou criticamente que o movimento organizado pelo VAT (Vida Além do Trabalho) é de inspiração democrático-parlamentar e eleitoreiro. A bandeira de redução da jornada, no entanto, é classista e do interesse de todos os trabalhadores. Realizada a experiência do dia 15 de novembro, trata-se de manter a bandeira no alto e organizar a luta desde as fábricas e demais locais de trabalho. Um passo importante seria a organização de comitês de base que abarcariam inclusive os bairros pobres e miseráveis. A burguesia não abrirá mão da longa jornada porque dela extrai o lucro (mais-valia). O POR defendeu o caminho da luta de classes e da organização independente dos explorados. Trabalhou para que os sindicatos e centrais mobilizassem e despertassem a consciência dos assalariados sobre a importância vital da redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

Recife

Ato contra a escala 6x1: democrático, combativo, mas sem a presença ativa das grandes centrais

No dia 15 de novembro, a capital pernambucana integrou a jornada nacional de lutas contra a escala 6x1. A atividade foi convocada pela UJC, PBCR, Faísca, MRT, PSTU, CSP-Conlutas, Correnteza, UP, Corrente Proletária na Educação, POR, setores do PSOL, MTST, dentre outros. A concentração ocorreu no Parque 13 de Maio e os manifestantes saíram em marcha pelas ruas do centro da capital, onde poucos comércios estavam em funcionamento, devido ao feriado. A palavra foi garantida a todas as organizações presentes, sendo intercaladas por palavras de ordem contra a escala 6x1 e reafirmando “Não vai esvaziar, quando o povo vai pra rua, vai pra rua pra lutar”. Foi nítido o boicote das maiores centrais sindicais, havia um ou outro dirigente da CUT e CTB, mas nem os dirigentes dos sindicatos dessas centrais estavam presentes. Alguns dirigentes do sindicato dos rodoviários estavam presentes, sobretudo pelo momento de campanha eleitoral.

O POR participou com a distribuição de manifestos, bandeira e fala no carro de som. Estivemos também fortalecendo a campanha para a direção da Associação dos Docentes da UFPE, Adufepe, pois integramos a chapa 2 Retomar a luta: Adufepe em defesa da Universidade Pública.

Fala do Partido Operário Revolucionário no ato

Bom dia companheiros e companheiras, é muito bom a gente estar aqui hoje na rua numa luta em defesa das condições de

trabalho, uma luta pelo fim dessa escala desumana do 6x1, uma luta pela redução da jornada, sem redução do salário.

É muito importante a gente estar atento não só às nossas reivindicações, mas aos nossos métodos. É sintomático que a gente esteja aqui nas ruas hoje sem a presença decisiva e organizada das grandes centrais sindicais. Cadê as grandes centrais sindicais para defender a vida do trabalhador? Isso coloca a necessidade da independência política: basta de governismo! É necessário independência política para defender a vida dos trabalhadores. Não podemos aceitar uma fala como a da CUT que diz para o trabalhador negociar com seu patrão diretamente a redução da jornada. Isso é o método da reforma trabalhista do golpista Temer. O nosso método é esse, de ocupar as ruas, fazer marchas e manifestações. Mas nós precisamos fazer com que os sindicatos e as centrais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, paralisando o trabalho, esse vai ser o método com o qual a gente vai arrancar dos patrões o nosso direito ao descanso.

É muito importante lutar junto com o fim da escala 6x1, pela revogação da contrarreforma trabalhista, pelo fim do desemprego, com a divisão das horas do trabalho entre todos aqueles que são aptos a trabalhar. Que esse ato, essa jornada nacional de luta pelo fim da escala 6x1, seja um ponto de partida para lutas cada vez maiores que incluam mais setores da juventude e da classe operária. Que as centrais e os sindicatos convoquem a adesão massiva a essa luta. Vamos à vitória pelo fim da escala 6x1.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



LANÇAMENTO!

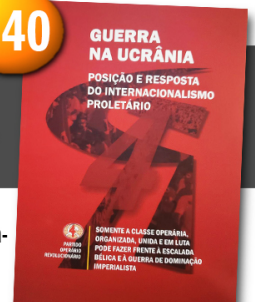
GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



Ceará

Manifestação pelo fim da escala 6x1 ganhou as ruas da capital

Em Fortaleza, o ato pelo fim da escala 6x1 foi realizado na manhã do dia 15/11, e fez parte das manifestações nacionais marcadas para esta data. A atividade, convocada e dirigida pelo movimento VAT (Vida Além do Trabalho) foi democrática e contou com a adesão de correntes de esquerda, sindicatos, estudantes e uma parcela de trabalhadores. Cerca de 700 manifestantes estiveram concentrados na Praça do Ferreira, de onde seguiriam em passeata pelas ruas do centro até a Praça José de Alencar, encerrando o ato. Em Sobral e Juazeiro do Norte também ocorreram manifestações.

A CUT, que chegou a realizar uma plenária em sua sede no dia 13/11, teve uma presença apenas formal na atividade. O mesmo pode ser dito dos sindicatos que enviaram somente uma representação sem mobilizar suas bases. Outros sindicatos (a exemplo do Sindiute) sequer compareceram. Excetuando-se certas disputas aparelhistas, o boicote à atividade convocada pelo VAT se deve à predominância da política de conciliação de classe no interior do movimento operário. As direções traidoras dão pouca importância às reivindicações, ainda que limitadas, de defesa da vida das massas quando não podem servir à sua demagogia eleitoreira. As manifestações pelo fim da escala 6x1 alcançariam outro patamar se



não fosse o bloqueio imposto pelas direções sindicais pró-burguesas.

O POR esteve presente na manifestação, intervindo com manifesto, banca de materiais, bandeiras, palavras de ordem e falas no carro de som. Em sua intervenção destacou que é preciso apoiar com todas as forças a luta pelo fim da escala 6x1, que a luta contra a superexploração do trabalho se choca frontalmente com os interesses capitalistas por aumentar seus lucros. Defendeu que é preciso exigir das centrais sindicais a convocação de um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios em defesa dos empregos, salários, direitos e revogação das contrarreformas. Finalizou com a defesa da escala móvel das horas de trabalho e defesa da formação dos comitês unificados para impulsionar

a luta sem confiar no parlamento burguês.

A manifestação do dia 15/11 pode servir de passo inicial para uma ampla luta nacional pela redução da jornada de trabalho. Para tanto, a tarefa do momento é envolver a juventude oprimida e impulsionar comitês de luta que contrabalancem a paralisia das direções sindicais. Os revolucionários e ativistas conscientes devem trabalhar com afinco nesse sentido.

Rio Grande do Norte

Ato pelo fim da escala 6x1 em Natal

Cerca de 200 manifestantes se concentraram em frente à loja Ferreira Costa, no dia 15, para protestar contra a escala 6x1. O ato contou com as direções das centrais (CUT, CTB, CSP-Conlutas, Intersindical), dirigentes de alguns sindicatos (SindBancários, Sindaúde, Sintest/RN, SindSuper etc.) e a vanguarda das correntes (Kizomba/PT, MES, Resistência e Fortalecer/PSOL, PCBR, MRT, PSTU, POR).

O ato saiu em caminhada pela avenida Roberto Freire, onde em pleno feriado funcionavam algumas lojas grandes e supermercados. Pode-se ver algumas manifestações de apoio dos trabalhadores.

As palavras de ordem giraram em torno da denúncia da jornada 6x1 e chamando os trabalhadores a apoiar. Algumas vezes, se levantou a palavra de ordem de greve geral. Há um consenso entre as correntes quanto à rejeição à jornada 6x1, no entanto há diferenças quanto ao que propor (escala 4x3, 5x2, jornada de 30h etc.).

O POR interveio com manifesto e fala no carro de som. A intervenção se deu nos seguintes pontos: 1) a luta atual resgata o espírito do 1º de maio, que surgiu a partir da luta internacional pela jornada de 8 horas; 2) que se vincula com a greve geral de 1917, que reivindicava as 8 horas e o Descanso Semanal Remunerado; 3) essa reivindicação é também uma reação dos explorados diante dos efeitos da Reforma Trabalhista, que reduziu o tempo de almoço para 30 minutos e fortaleceu o banco de horas; 4) não confiar no parlamento, é preciso preparar a greve geral a partir do Dia Nacional de Luta, com paralisação e bloqueios, pela redução da jornada sem redução de salários, emprego a todos e revogação da reforma trabalhista.

Plenárias das Centrais no RN aprovam calendário

No dia 18/11, no auditório do SINTE às 17h, foi realizada uma plenária de avaliação do ato e aprovação de calendário. A representante da CUT chegou a falar de não esperar pelo calendário nacional, porém não apresentou nenhuma proposta de ato. Dentre os encaminhamentos propostos pelas centrais, estavam, como sempre, as audiências inócuas na Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa para discutir o tema da jornada 6x1, além de indicativo de panfletagens nos locais de trabalho e estudo.

Na ocasião, o POR avaliou o saldo positivo do ato que, mesmo esvaziado, serviu para expressar a reivindicação nas ruas, e foi acertado ocorrer a caminhada. Para os encaminhamentos, propôs um ato no bairro comercial do Alecrim, no dia 30 pela manhã, e nova plenária para o dia 02 de dezembro, que foram aprovados. Ao final, sugeriu também que na próxima plenária seja discutido e aprovado um ato em frente à fábrica Guararapes, levantando também a pauta do fim do banco de horas.

A mobilização ainda não tem sido capaz de abarcar o conjunto das massas. As burocracias sindicais reformistas apostam na disputa parlamentar, e não se empenham em organizar as assembleias por local de trabalho para paralisar a produção. A preparação da greve geral passa por retomar o caminho iniciado, e logo interrompido pelas burocracias, da greve geral. O ato contra escala 6x1 mostrou disposição de luta.

São Paulo

Ato controlado pelo VAT impediu a fala do POR



No dia 15 de novembro, ocorreu em São Paulo uma manifestação contra a escala 6 por 1, convocada pelo movimento Vida Além do Trabalho (VAT). A reivindicação de acabar com essa escala de trabalho, onde o trabalhador tem apenas um dia de folga na semana, ganhou projeção e o ato contou com alguns milhares de manifestantes na avenida Paulista.

Os trabalhadores, em especial os mais precarizados – com trabalho informal, terceirizados etc. –, sentem na pele o peso da escala e jornada de trabalho estafantes. A manifestação mostrou o apelo que tem a reivindicação e por isso conseguiu levar milhares às ruas. E tudo indica que se os sindicatos e as centrais sindicais tivessem organizado paralisações e convocado ao ato, a manifestação seria massiva.

De um lado, a manifestação mostrou a disposição de luta dos trabalhadores contra a brutal exploração do trabalho, que tem se agravado com o avanço da lei da terceirização, com a reforma trabalhista e o conjunto de novas leis que retiram direitos trabalhistas, como o mais recente pacote de ataques elaborado pelo governo Lula nas mãos de seu ministro Fernando Haddad. De outro lado, mostrou o corporativismo e o burocratismo. Corporativismo da direção de querer limitar a luta a essa reivindicação e das direções sindicais de não se colocarem por uma frente única, quando a tarefa é a de unificar as lutas. A divisão dos trabalhadores só favorece aos patrões e governos, que vêm arrancando o coro dos explorados. Isso sem contar a necessidade da solidariedade internacional com os trabalhadores que estão sendo assassinados em várias partes do mundo com as guerras de dominação, como na Faixa de Gaza e na Ucrânia. E o burocratismo está em impedir a democracia operária, com o VAT controlando com mãos de ferro quem tem ou não o direito de fala na manifestação e impedindo que partidos ou outros movimentos que constroem a luta possam falar – exceto os seus escolhidos.

É preciso fortalecer e projetar essa luta. Está posta na ordem do dia a convocação pelos movimentos, sindicatos e centrais sindicais de um Dia Nacional de Luta contra o avanço da precarização do trabalho, contra as privatizações, que só favorecem os capitalistas, e contra toda a legislação de retirada de direitos!

VAT já inicia burocratizado em São Paulo

Como sempre fazemos nos atos, um militante do POR procurou na manifestação os organizadores para saber se poderíamos

fazer uma fala no caminhão de som. A coordenadora respondeu que não seria possível porque os partidos não falariam, apenas trabalhadores. O militante do POR então falou que nós temos o boletim Nossa Classe, fazemos o trabalho de organização dos trabalhadores nas fábricas. A coordenadora respondeu que não poderíamos falar pelo Nossa Classe, que falaria apenas trabalhadores “desfilados”. O militante do POR então informou que ele era trabalhador metalúrgico, terceirizado e perguntou se poderia falar. A coordenadora respondeu que não. Que só falariam trabalhadores do VAT. Logo depois, a mesma coordenadora que havia dito que não falariam partidos anunciou a presença da deputada Érika Hilton e de Guilherme Boulos, ambos do PSOL, em cima do caminhão de som para falar.

Essa atitude burocrática de impedir que as demais correntes políticas e partidos que se reivindicam da classe operária, que convocaram para o ato, não possam falar deixa claro que os coordenadores e o VAT passaram a reproduzir os mesmos métodos burocráticos, típicos da política reformista burguesa do PSOL. Não é possível constituir uma frente única de luta nacional para colocar abaixo a jornada 6x1 e implantar a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, sem o método da democracia operária e a soberania das assembleias, com direito de todas as correntes políticas e trabalhadores poderem se expressar.

Intervenção do POR no ato

Reproduzimos a seguir a fala de chão feita pelo POR no ato e divulgada nas redes sociais:

Camaradas, estamos aqui na Paulista, o Partido Operário Revolucionário intervindo no ato pelo fim da jornada 6x1. E pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

O POR deixa claro a importância da unidade da classe operária. Porque ao mesmo tempo que temos trabalhadores trabalhando 6x1, 5x2, 12x36, temos também trabalhadores operários trabalhando como subempregados, precarizados, trabalho intermitente. Por isso, é importante a organização independente, a unidade da classe operária. Porque a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários é uma luta, é uma consigna que unifica a classe operária e todos os trabalhadores. Esse é o primeiro ponto que o Partido Operário Revolucionário coloca neste ato.

A importância de unificar a luta para colocar abaixo a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a Lei da Terceirização. A tarefa colocada, e que o partido coloca para classe operária e demais trabalhadores, é de pressionar, exigir em todos os sindicatos a convocação de assembleias gerais para constituir uma frente única nacional de luta, para unificar a luta em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Porque o grande ausente nessa manifestação, nesse ato, é a classe operária, são os trabalhadores, que são os que estão fazendo 6x1, são os que são sacrificados, que estão sofrendo todas as consequências da exploração capitalista. Por isso, a tarefa colocada a toda a classe operária e demais trabalhadores, é exigir a convocação de assembleias.

Aqui também é necessário marcar a traição da burocracia sindical, porque declararam apoio de forma declaratória, apenas nos meios de comunicação. Fizeram uma carta às centrais declarando apoio a luta pelo fim da jornada 6x1, pela redução da jornada de trabalho, porém, não fazem nada concreto. Não organizam a luta,

não convocam assembleias. E por que não fazem isso? Porque estão apoiando, estão defendendo o governo burguês de frente ampla do Lula. Que nesse momento já anunciou que o pacote de ataques contra os trabalhadores, já está negociado. E esse pacote de ataque significa a retirada da multa de 40% do FGTS; a retirada do seguro-desemprego. O BPC e o Pé de Meia. Portanto, é uma traição aberta das direções sindicais, não só da CUT, mas também do centrismo, da burocracia sindical como a de São José dos Campos, da CSP-Conlutas que declarou apoio também.

Falaram que são contra, que defende a redução da jornada sem redução de salário, porém, hoje não tem assembleia em nenhum dos sindicatos que eles dirigem. Por isso, camaradas, o Partido Operário Revolucionário chama a classe operária e os demais trabalhadores a exigir em todos os sindicatos a convocação de assembleia geral. Para que possamos constituir um Dia Nacional de Luta. O Dia Nacional de Luta com manifestações, paralisações e bloqueios para preparar a greve geral. Aprovar a greve geral.

Será somente por meio da greve geral que colocaremos abaixo as privatizações. Que colocaremos abaixo todo o pacote de ataque do governo e da burguesia em geral, porque estão unidos a ultradireita, a direita, o reformismo, todos a favor desse ataque contra os trabalhadores. Porque estão de acordo em pagar R\$ 800 bilhões de juros da dívida pública para o capital financeiro. E é exatamente o capital financeiro que está impondo as contrarreformas. Por isso, chamamos também a classe operária a não ter nenhuma ilusão no parlamento. Porque a própria Erika Hilton, que apresentou o projeto, que colheu assinatura, o PSOL, já declarou que eles vão negociar com todos os partidos, com a ultradireita, com a direita. É uma proposta que vai ser negociada e o parlamento está

para defender a propriedade privada, a bancada do agro, a bancada da bala e do boi. É o capital nacional e imperialista que está no parlamento.

Portanto, não temos de ter ilusão no parlamento burguês. Devemos acreditar em nosso método próprio de luta. Que é a greve, a ação direta unificada. E o único caminho, a resposta é a greve geral, é a luta unificada da classe operária. Essa é a campanha que o Partido Operário Revolucionário está fazendo. Que esse ato seja apenas o primeiro passo. Vamos exigir que as centrais convoquem assembleias, que o sindicato convoque assembleias. Constituir os comitês de luta em todos os bairros, em todas as fábricas para colocar abaixo a escala 6x1. Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário. Pela divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho.

Outra reivindicação importante, camaradas, que não pode faltar no plano de lutas, é a bandeira do salário mínimo vital. Um salário mínimo que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Porque o salário mínimo de R\$ 1.412,00 é uma miséria e é o salário que recebe 35% dos trabalhadores no país. Os terceirizados recebem muito menos.

Por isso, o salário mínimo tem de estar junto com a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Para defender a vida da classe operária e demais trabalhadores: emprego e salário mínimo vital, unidade dos empregados e desempregados para colocar fim ao desemprego. Defender o programa próprio da classe operária. Essa é a luta, essa é a campanha que o Partido Operário Revolucionário faz e vai continuar fazendo na luta de classe, no movimento operário.

Rio de Janeiro

Ato pelo fim da escala 6x1

Aconteceu no dia 15, no Rio de Janeiro, uma manifestação contra a escala 6x1. Fez parte de um conjunto de atos espalhados por diversas cidades do país. Teve início na Cinelândia, marchou pela Av. Rio Branco e finalizou próximo ao Largo da Carioca. A participação majoritária foi de jovens das diversas correntes que compõem o movimento na cidade.

O caráter geral do ato foi o de denúncia ao sistema de superexploração da força de trabalho no país, em particular os diversos setores que se utilizam da massacrante escala de 6 dias de trabalho para 1 dia de folga. Contudo diversas intervenções, como a do representante do sindicato dos comerciários, expressou que “os empregadores devem ter alguma contrapartida”, revelando já de partida na luta uma capitulação diante dos patrões. Os patrões não precisam de contrapartida coisa nenhuma. Já tiram o couro do trabalhador, já exploram ao máximo, já pagam os menores salários possíveis, já demitem quando bem entendem, já se beneficiam da reforma trabalhista, da terceirização, das isenções, da desoneração da folha de pagamento etc. Tudo que os explorados não precisam é que os seus representantes sindicais façam as vozes dos patrões numa manifestação que luta pela justa redução da jornada.

Outro traço característico dessa manifestação foi o caudilhismo em relação aos parlamentares. Inúmeros falaram no carro de som. Tiveram prioridade sobre os movimentos e representantes de partidos que não possuem representação parlamentar, como o POR. Cada um que subia no carro de som era muito aclamado pelos presentes. Em especial o vereador recentemente eleito pelo PSOL, Rick Azevedo, que iniciou na internet a atual campanha contra a escala 6x1 e lidera o movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Em sua intervenção, o jovem recém-iniciado na política mostrou



sua despolitização propondo acabar a manifestação rápido, pois, segundo ele, como somos contra a exploração do trabalho, não podemos explorar o tempo das pessoas na manifestação. A fala radicalizada na forma, foi vazia de conteúdo, não apontando para a unificação das lutas, não apontando para os métodos próprios dos explorados, mas exaltando o fato da PEC ter sido aberta no Congresso Nacional. Os traços de personalismo ficaram evidentes em sua intervenção. Se retirou da manifestação tão logo terminou a intervenção. Vale lembrar que em São Paulo, o movimento VAT não permitiu que ninguém além deles próprios e dos parlamentares do PSOL fizesse uso da palavra no carro de som.

Pelo caminho do caudilhismo, do personalismo, do autoritarismo ou segregacionismo não será possível conquistar essa reivindicação. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o movimento VAT impede que as correntes políticas discurssem no seu carro de som, seus integrantes e apoiadores, como Erika Hilton, declaram na grande mídia que é preciso negociar com os patrões e com os parlamentares de direita.

O POR montou sua banca de material na manifestação, o que chamou a atenção dos presentes. A intervenção no carro de som

foi deixada para o final. Quando o camarada iniciou sua fala o gerador do carro de som descarregou. Fizemos nossa intervenção mesmo assim, no chão, e transcrevemos abaixo.

Boa tarde, camaradas. Nós do Partido Operário Revolucionário viemos aqui nessa manifestação importante de luta contra a escala 6x1. E nós viemos dizer que o conteúdo de classe dessa reivindicação, que é uma reivindicação justa do fim da escala 6x1, é o conteúdo de classe de reduzir a jornada de trabalho sem reduzir os salários. Isso é fundamental.

Não devemos confiar em nenhuma negociação que está sendo feita no parlamento, que vai trabalhar para que a jornada seja reduzida com redução de salário. Por isso, nós viemos dizer que é preciso defender a força de trabalho em todas as suas formas, isso porque a força de trabalho no Brasil tem sofrido diversos ataques, seja com a reforma trabalhista, seja com o rebaixamento do valor da força de trabalho, seja com a lei de terceirização, seja com os cortes, isso tem massacrado a força de trabalho no Brasil. Por isso, essa reivindicação deve ser o ponto de partida para que os trabalhadores, para que a classe operária e os demais explorados levantem o movimento para reconstituir o valor da força de trabalho, defender o fim da escala 6x1, a redução da jornada sem redução do salário

e o fim das reformas que foram aprovadas no governo Temer, no governo Bolsonaro e mantidas pelo governo Lula.

Agora nós devemos nos perguntar qual é o método correto para conquistar essas reivindicações. Essas reivindicações não serão conquistadas através do parlamento, através das negociações com esse parlamento sujo e corrupto, que é o Congresso Nacional.

Por isso, nós devemos organizar nossas próprias forças, lutar com nossas próprias forças. Isso significa formar os comitês de luta nos bairros, nas universidades, nas escolas, preparar o combate, pressionar as direções sindicais para que chamem as assembleias e pare a produção. Organize a classe operária e os demais trabalhadores, para que eles façam parte dessa luta de forma organizada e de forma coesa.

Nesse sentido, é preciso defender que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta com paralisações, com bloqueios, com greves e manifestações. Porque é só assim que vamos colocar para o parlamento quais são de fato as reivindicações dos trabalhadores. O parlamento deve se subordinar aos trabalhadores e não contrário.

Essa é a linha do Partido Operário Revolucionário para essa manifestação e para essa luta extremamente justa. Abaixo a escala 6x1! Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários!

Rondônia

Burocratas sindicais boicotaram o dia nacional pelo fim da escala 6x1

Enquanto em diversas capitais do país aconteceram manifestações no dia 15 pelo fim da escala 6x1, as direções sindicais de Rondônia deram as costas para uma luta tão importante para todos os trabalhadores. Sequer convocaram atos para que fossem um ponto de partida para a luta pela redução da jornada sem redução do salário.

Cada vez mais essas direções sindicais se tornam colaboracionista e avessas à luta dos trabalhadores, portanto um obstáculo para a defesa das reivindicações dos explorados. Isso só atesta o

processo acelerado da estatização dessas organizações de luta no estado.

A militância do POR interveio na universidade e sindicatos, mostrando a importância desse movimento nacional contra a escala 6x1, portanto uma jornada de semiescavidão. Os militantes distribuíram o Manifesto aos estudantes e funcionários, divulgaram os cartazes, defendendo a redução da jornada sem redução dos salários e fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária e a terceirização.

Rio Grande do Norte

É urgente a preparação da greve unificada do funcionalismo estadual

Os servidores do estado estão sofrendo duros ataques aos seus salários e direitos. A começar pelo magistério, que tem sofrido a intervenção arbitrária do Tribunal de Justiça (TJRN) que, acatando as solicitações do Ministério Público (MPRN), determinou que o Piso Nacional não incida na carreira. O governo burguês de Fátima (PT/ MDB) tem obedecido essa decisão arbitrária da justiça e implementado o corte do pagamento do retroativo de 2023, já parcelado em 19 vezes.

Agora, assistimos à disputa entre o governo Fátima e a oposição burguesa parlamentar em torno ao aumento da alíquota do ICMS de 18% para 20%. O governo, arditosamente, tem dito que só será possível conceder o miserável reajuste de 2,31% (abaixo da inflação) se a Assembleia Legislativa (ALRN) aprovar o aumento do ICMS. Com isso, o governo tenta arrastar o funcionalismo estadual para apoiar sua pauta burguesa de aumento do ICMS em troca do miserável reajuste.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) defende que o reajuste do funcionalismo estadual não pode estar vinculado ao aumento de arrecadação do estado. Em primeiro lugar estão as condições já precárias de vida do conjunto do funcionalismo. O miserável reajuste de 2,31%, abaixo da inflação, só vai perpetuar a situação de miséria dos funcionários.

Além disso, o movimento sindical deve ter independência de classe perante a disputa burguesa entre oposição e governo em torno do ICMS. O sindicato não pode estar a serviço do governo no seu objetivo de aumentar a alíquota do ICMS que, como sabemos, é repassado aos preços dos bens de consumo e pago indiretamente pelo conjunto dos trabalhadores assalariados, informais, desempregados e camponeses. Os impostos devem ser cobrados não sobre o consumo dos explorados, e sim diretamente sobre a renda dos mais ricos (industriais, banqueiros, latifundiários, especuladores etc.).

Não é só o RN que está em crise. Os outros estados passam por crises fiscais semelhantes. O chamado "pacto federativo" burguês existe para que os estados vivam sufocados financeiramente, e assim a União possa arrecadar verbas para o pagamento da dívida pública bilionária e a manutenção de subsídios para os capitalistas. A responsabilidade de arcar com crise fiscal dos estados não é do funcionalismo público, nem dos demais explorados, mas sim dos capitalistas e da União federal.

São Paulo

Marcha pelo Clima

No dia 16 de novembro, ocorreu uma manifestação convocada pela Marcha pelo Clima SP, com vistas à reunião do G20 que ocorreria no Brasil na semana seguinte. O ato contou com cerca de 300 pessoas e paralisou parcialmente importantes avenidas de São Paulo, como a avenida Paulista e avenida Vergueiro. O POR interveio com seu manifesto contra a presença do G20 no Brasil e com fala no carro de som.

Apesar de constar no chamado que "não ficaremos quietos em casa diante da reunião dos que vendem nossas vidas", se referindo ao G20, pouco se falou sobre a reunião durante a manifestação. A tônica geral dada nas falas e palavras de ordem foi a de "não ao túnel", em referência à construção de um túnel na avenida Sena Madureira. O túnel em questão tem em vista a desocupação de duas "comunidades", a Souza Ramos e a Luiz Alves, que se encontram em uma das regiões mais caras da cidade, a Vila Mariana, além de derrubar quase 200 árvores numa área classificada como "zona especial de proteção ambiental".

Mais uma vez se ressalta a importância da unificação das lutas. A especulação imobiliária que avança na região expulsando os mais pobres, assim como a retirada de direitos trabalhistas e a superexploração (como a da escala 6x1), servem à classe capitalista. O G20, que se reúne no Brasil, é mais um organismo que expressa os interesses dessa classe decadente. Somente será possível evitar a desocupação das 500 pessoas ameaçadas na região da Vila Mariana e garantir a proteção ambiental com a luta massiva e unificada.

Pronunciamento do POR

Estamos presentes aqui nessa importante manifestação, que acontece às vésperas da chegada do G20 aqui no Brasil. O G20 é uma representação da política imperialista. Expressa a política de destruição do planeta. Destruição inclusive por meio das guerras. Acabamos de ver aqui o país em chamas. Isso para quê? Para poder

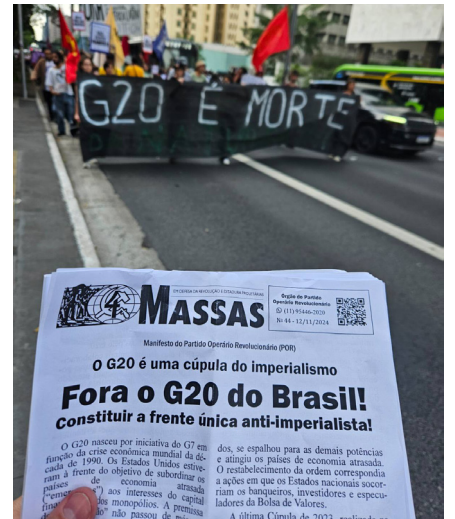
Seja com o aumento do ICMS ou não, a crise fiscal do estado continuará sendo despejada sobre o funcionalismo e demais explorados. A Corrente Proletária na Educação defende desde já a preparação da luta do funcionalismo estadual, que deve culminar numa greve unificada no início de 2025 pela recomposição integral dos salários e um piso salarial que seja suficiente para suprir as necessidades de uma família trabalhadora. Que a União federal e os capitalistas arquem com os custos da crise fiscal dos estados!

garantir que os capitalistas lucrem e que o Estado brasileiro pague os juros da dívida pública. E o imperialismo vem ao Brasil justamente para exigir e garantir que essa dívida seja paga.

O G20 foi constituído com vistas ao "desenvolvimento sustentável". Mas o que vemos ao longo desses anos é a hipocrisia desse desenvolvimento sustentável. A gente vê como a política imperialista serve para destruir o planeta. Ela está favorável ao Marco temporal, a retirada dos direitos trabalhistas.

Ontem estivemos aqui na manifestação contra a escala 6 por 1. Essas manifestações têm de se unificar, porque as lutas são contra o sistema capitalista. Enquanto não fizermos uma luta de fato pela expropriação dos capitalistas, pela expropriação dos latifundiários, pela expropriação dos grandes meios de produção, pela tomada do poder pelo proletariado, não vamos conseguir uma planificação da economia que permita que organizemos a produção e que não destruamos a natureza, que tenhamos uma convivência harmônica com a natureza.

Nossa tarefa é unificar as lutas e falar: Fora o G20 do Brasil! Organizar uma frente única anti-imperialista em defesa da revolução e ditadura proletária! Obrigado, camaradas.



UFGD

“Roda de Conversa” sobre Opressões

A convite do Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais (SINTEF), entidade dos trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a Corrente Proletária na Educação (CPE) participou da “roda de conversa” sobre a luta contra as opressões e os assédios realizada na Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR), em 30 de outubro.

Em sua intervenção, a CPE explicitou o vínculo entre a concepção e a resposta que se dá à opressão. Identificou, assim, três concepções do ponto de vista de classe: a burguesa, a pequeno-burguesa e a proletária. Declarou que a primeira é conservadora ou reacionária e não interessava no momento, pois não combate

a opressão. A concepção pequeno-burguesa identifica a opressão como um fenômeno cultural, que pode ser superado gradualmente, por meio de ações educativas e punitivas, sem precisar tomar o poder do Estado e transformar o modo de produção das riquezas.

Já a concepção proletária, fundada no materialismo histórico, reconhece que a origem de toda opressão é a exploração do trabalho, da qual decorre uma violenta estrutura de dominação, que depende da revolução proletária para ser superada. Exemplificou com o racismo, originado no processo de escravização da população preta africana, e com a opressão à mulher, vinculada a família monogâmica, célula econômica do capitalismo que gera a jornada dupla ou tripla, dependendo da participação na produção social.

Como exemplo de superação, citou-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que construiu restaurantes e lavanderias comunitárias, abrindo o caminho para a socialização do trabalho doméstico e a libertação da escravidão do lar.

Denunciou a hipocrisia do imperialismo, que fez pronunciamentos contra as guerras ao mesmo tempo que as fomentam em nome da democracia e dos Direitos Humanos assentados na propriedade privada, como se vê agora na Ucrânia e na Faixa de Gaza, com o genocídio do povo palestino promovido pelo Estado sionista de Israel.

Foi ressaltado que, na universidade, os postos de trabalho terceirizados, com salários ultrarrebaixados e vínculos precários, de setores como limpeza, copa e manutenção, são ocupados fundamentalmente por trabalhadoras e negros, demonstrando

a demagogia do combate à opressão por parte do governo e burocracia acadêmica.

Destacou a experiência do SinTUFABC, em que dirigentes sindicais sofreram assédio após panfletarem contra o assédio levado a cabo pela Reitoria por meio de um Super-PAD (Processo Administrativo Disciplinar) contra diversos servidores. E que durante anos pressionou por uma política institucional de combate ao assédio, a qual foi construída a duras penas somente após os próprios técnico-administrativos apresentarem uma proposta no Conselho Universitário. Observou a dificuldade de acolher as vítimas de forma segura institucionalmente, sem que sejam expostas a mais violências, devido a forma de funcionamento das instituições. Nessa direção, ressaltou a necessidade da constituição de comissões independentes desde os sindicatos.

São Paulo

Prefeitura entrega centros LGBTQ+ à organização religiosa católica

A Prefeitura de São Paulo lançou um edital em julho buscando organizações para gerirem seus cinco Centros de Cidadania LGBTQ+ até 2029, que existem nas quatro zonas geográficas e uma no centro da cidade. Foram criados em 2015 pelo governo Fernando Haddad (PT), para o desenvolvimento de ações permanentes de combate à homotransfobia, atendimento às vítimas de violência, preconceito e discriminação, com prestação de apoio jurídico, psicológico e de serviço social, com acompanhamento para realização de boletins de ocorrência e demais orientações etc.

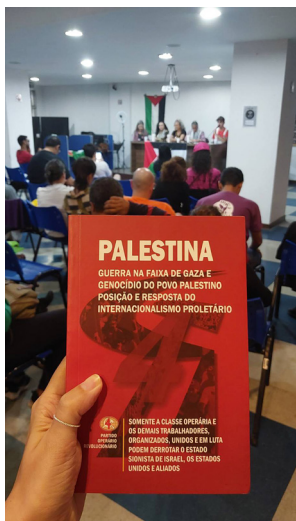
No texto do edital estava proibida a gestão por parte de organizações religiosas, mas, mesmo assim, o Instituto Claret, dos claretianos - congregação religiosa fundada por Santo Antônio Maria Claret (que foi um sacerdote católico espanhol, arcebispo de Cuba, fundador da ordem dos padres Claretianos), uma organização de origem católica, ganhou a licitação para gerir dois dos centros sociais da comunidade LGBTQ+, o Centro de Cidadania LGBTQI Cláudia Wonder, na zona oeste e o Centro de Referência Luana Barbosa dos Reis, na zona norte.

Os ganhadores do edital vão receber mais de R\$ 10 milhões (cada) para gerir por cinco anos. Tanto a gestão do Prefeito Ricardo Nunes quanto o Instituto Claret alegam que não há nenhuma irregularidade, mesmo estando no edital que é proibido a gestão de entidades religiosas, por mais que o Instituto Claret não se declara como instituição religiosa é composto por sacerdotes o que impede a gestão de acordo com o edital. Segundo a pasta: “ela está apta a participar do edital de chamamento público, uma vez que não se trata de organização dedicada exclusivamente a atividades ou projetos de fins religiosos” e o Instituto Claret segue a mesma afirmação: “Somos uma Organização da Sociedade Civil como qualquer outra, e ao longo de 38 anos de atuação, trabalhamos com parcerias públicas visando sempre o acolhimento, o cuidado e a inclusão de pessoas, sem distinção.”

Essa nova gestão tem causado críticas do movimento LGBTQ+. No dia 18 de novembro de 2024, a Justiça de São Paulo suspendeu o edital da gestão de Ricardo Nunes por pressões populares. É preciso acompanhar para que não haja mais um retrocesso na condição de vida e acolhimento da população LGBTQ na cidade de SP.

Rio de Janeiro

Plenária Solidariedade à Palestina e ao Líbano



Aconteceu no dia 16 de novembro, no Rio de Janeiro, uma plenária em solidariedade à Palestina e ao Líbano, convocada pelos comitês de apoio à luta palestina do RJ, MG, SP, Coalizão pelo clima, Conlutas e Sindipetro-RJ. A atividade aconteceu no Sinsprev-RJ.

O partido integrou e divulgou a atividade. Montamos uma banca de materiais e na intervenção na plenária fizemos a apresentação dos livros da Palestina e da Concepção Materialista da Questão Judaica.

Os diferentes comitês fizeram suas exposições, bem como a Coalizão pelo clima, que apontou a necessidade de radicalização da luta

pelo clima. De forma geral, uma linha correta, principalmente se tomada em comparação com a política conciliadora da maioria das direções sindicais. Já os comitês apresentaram um resumo de suas ações. Ficou claro que o foco no BDS é uma característica apenas de SP. Por outro lado, os demais comitês evidenciaram uma certa desorganização e pouco apoio para realizar suas ações. A intervenção de uma companheira em nome do comitê do Rio chamou a atenção, pois denunciou o abandono de uma parte considerável dos partidos e organizações de esquerda quando o comitê começou a pressionar pela cobrança de ações do governo Lula. Em maior ou menor grau isso se passou em outras localidades também. Trata-se da política governista que subordina a maior parte das direções sindicais e políticas, colocando-as em choque com as posições de defesa dos palestinos, que não pode prescindir do combate à hipocrisia lulista de caracterizar de genocídio e manter os negócios com os genocidas.

Transcrevemos abaixo a intervenção do militante porista que apresentou resumidamente três ideias: a apresentação dos novos livros do POR em relação à questão palestina; o necessário caráter

anti-imperialista dessa luta, principalmente no contexto do G20, que se iniciaria na cidade; e a necessidade de pressionar as direções sindicais para saírem do apoio passivo e passar ao apoio ativo em relação ao genocídio palestino, o que inclui convocar as assembleias e decidir coletivamente com os operários quais ações devem ser tomadas.

Em relação à questão da Frente Única Anti-imperialista, a representante do comitê de SP, também integrante do PSTU, pegou a palavra para dizer que a Frente já é anti-imperialista. Não tivemos possibilidade de responder para o plenário, apenas pessoalmente para ela depois e agora por essa nota. A Frente Única Anti-imperialista não é o mesmo que o caráter anti-imperialista que eventualmente uma frente possa possuir. Trata-se de um movimento internacional, organizado a partir dos sindicatos e movimentos, que responda às ações do imperialismo de conjunto, que congregue as massas para lutar contra essas ações, e que se organize de forma independente da burguesia e dos governos burgueses.

O comentário da dirigente da Frente Palestina-SP teve apenas a função de desviar e atacar a posição do POR na plenária, afinal não é possível confundir a defesa da Frente Única Anti-imperialista de um suposto caráter anti-imperialista de uma frente. Dizemos “suposto”, pois mesmo esse caráter proclamado pela companheira está ausente dos materiais e publicações da frente, permanecendo apenas nas intenções subjetivas pessoais.

Chama a atenção que em uma plenária com diversos dirigentes sindicais, movimentos e partidos, após a apresentação dos livros ninguém nos procurou para conhecer os materiais. Isso revela dois aspectos interligados: a despolitização das esquerdas que lê muito pouco, principalmente as posições divergentes das suas e o boicote, consciente ou não ao Partido Operário Revolucionário.

Intervenção do POR na plenária

Companheiros, companheiras, sou do Partido Operário Revolucionário, nós integramos a Frente Palestina-SP e outros comitês também pelo Brasil. Quero colocar três ideias rápidas. A primeira é, baseado no histórico e tradição do marxismo, dos revolucionários, das correntes de esquerda, de debater as suas ideias, de debater as suas ideias estratégicas, as táticas e as concepções, nós estamos entregando para o movimento, duas obras que eu quero apresentar brevemente: A primeira é o livro que nós elaboramos, de um ano desse massacre do povo palestino pelo Estado sionista de Israel. Ele contém elaborações históricas e da atual conjuntura. E esse aqui, que consideramos uma obra muito importante, porque ela está esgotada, e o POR tomou a iniciativa de reeditar, que é “A Concepção Materialista da Questão Judaica”, do Abraham Leon. O Abraham Leon foi um militante que rompeu com o sionismo logo na juventude e passou para o campo do marxismo, do leninismo,



do trotskismo, inclusive ele reorganizou a seção belga da Quarta Internacional. Então essa obra é extremamente importante.

Segunda ideia, é que o contexto como nós estamos, prestes a iniciar o G20, quando os representantes do imperialismo e outros representantes de outros países participam desse evento para fazer hipocrisia, que vão resolver os problemas do mundo, de que vão melhorar a situação das massas, da população etc. Quando na verdade eles são os responsáveis pela barbárie, são os responsáveis pela miséria, pela fome, pelas guerras de dominação, e particularmente pelo genocídio que está acontecendo na Palestina. Então, nesse sentido, consideramos que é muito importante, ganhar força nesse momento, a bandeira da Frente Única Anti-imperialista. Essa bandeira não é, obviamente, uma bandeira do POR, é uma bandeira histórica do marxismo, da luta dos revolucionários, e ela perdeu força com o passar do tempo, e a gente tem que retomar. Não tem momento melhor para retomar a ideia da Frente Única Anti-imperialista, porque o imperialismo é aquele que promove o massacre, promove a barbárie em todo o mundo.

E a última ideia, para concluir, é justamente o fato de que os movimentos que estão se levantando, as manifestações etc., agora no dia 30 nós vamos ter em São Paulo uma manifestação, elas contam com o apoio popular e espontâneo da população. Mas sabemos que o fundamental é termos os trabalhadores organizados nessas manifestações, inclusive parando a produção quando possível. Esse é o impacto necessário para poder, de fato, pressionar o governo Lula, para que ele rompa as relações. Nesse sentido, insistimos fortemente em criar nos comitês de solidariedade à Palestina as comissões que trabalhem junto aos sindicatos, que pressionem as direções sindicais, que conversem com as direções sindicais para que elas coloquem os trabalhadores em movimento, para que façam paralisações pela Palestina. É fundamental fazer paralisações da produção pela Palestina. Acho que essa é uma tarefa importante que a gente tem aqui. Obrigado.

Formação Política

Grupo de Estudos - A Revolução Permanente

Dando continuidade à formação política realizada no Grupo de Estudos virtual, apresentaremos aqui as principais conclusões dos capítulos 6 e 7 do livro A Revolução Permanente, de Trotsky.

O capítulo 6, com o título “Sobre o salto por cima das etapas históricas” objetivou responder mais uma falsificação dos epígonos do stalinismo sobre a teoria da revolução permanente propor a priori o salto por cima das etapas históricas. O centro da resposta estava em que o curso dos acontecimentos reais da luta de classe pode sim saltar por cima das etapas, cabendo aos revolucionários analisar com precisão esses saltos e aproveitá-los em benefício da

luta. Isso opõe os revolucionários dos evolucionistas vulgares, que se limitam à formalidade do encadeamento mecânico das etapas. O grupo iniciou a discussão pelo seguinte trecho: “[...] Será que Radek não compreende que, se a revolução democrática pudesse realizar-se, entre nós, como etapa independente, não teríamos, agora, a ditadura do proletariado? Se a conseguimos antes da Europa, foi porque a história ligou – não confundiu, mas ligou organicamente – o conteúdo fundamental da revolução burguesa com a primeira etapa da revolução proletária.”, e seguiu com o seguinte trecho: “É absurdo dizer que não se pode saltar as etapas.

O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima, e, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer que a capacidade de reconhecer e utilizar esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar.”

Sobre isso, ainda discutimos no grupo como o etapismo alimentado pelo estalinismo foi nocivo para o desenvolvimento da luta revolucionária, principalmente nos países de capitalismo atrasado, onde o evolucionismo vulgar dos epígonos defendeu que era necessário primeiro uma revolução burguesa para desenvolver as forças produtivas, e só depois, com essas avançadas é que se poderia falar de uma revolução proletária. Essa linha foi sintetizada na fórmula de países maduros e não maduros para a revolução e ditadura proletárias. Exemplificou-se esse erro na linha aplicada pelos partidos comunistas, orientados pela III Internacional estalinizada, na China e no Brasil.

Trotsky vai discutir profundamente o caráter dos possíveis saltos dados pela história e pela realidade dos acontecimentos, além de buscar e demonstrar a raiz dos erros do stalinismo. Numa passagem vai dizer que, “A análise feita por Marx do desenvolvimento da indústria (o ofício, a manufatura, a usina) corresponde ao alfabeto da economia política ou, melhor, da teoria econômico-histórica. Na Rússia, porém, a usina apareceu sem passar pelo período da manufatura e do ofício. Já são as sílabas da história. Uma evolução análoga verificou-se, entre nós, no domínio da política e das relações de classe. Não se pode compreender a nova história da Rússia sem ter aprendido o esquema de Marx: ofício, manufatura, usina. Mas, não se compreenderá nada quando se tiver aprendido somente isso. É que a história russa – digamo-lo sem ofender Stalin – realmente saltara algumas etapas. Todavia, a distinção teórica das etapas também é necessária para a Rússia, porque, sem isso, não se chegaria a compreender o caráter do salto nem suas consequências.”

Como se vê, a própria história da Rússia mostrou que o salto por cima das etapas é um elemento do desenvolvimento histórico. Essa ideia ainda foi consubstanciada pelo seguinte trecho: “Em abril de 1919, em seu artigo-programa intitulado “A Terceira Internacional e seu lugar na história”, escreveu Lênin: É provável que não nos enganemos se dissermos que foi justamente a contradição existente entre o Estado atrasado da Rússia e o seu “salto” por cima da democracia burguesa, para a mais alta forma de democracia, a soviética ou proletária, uma das causas que dificultaram ou retardaram a compreensão do papel dos soviets no Ocidente (Obras completas, vol. XVI).” Discutiu-se ainda que nos países de capitalismo atrasado, da América Latina, por exemplo, essa análise se aplica. Por aqui, o capitalismo foi implantado de fora para dentro, impedindo que atravessassem as etapas históricas linearmente, o que também fortaleceu um traço distintivo desses países, o desenvolvimento desigual e combinado. “Stalin não chega a compreender, ainda hoje, que a desigualdade do desenvolvimento consiste precisamente nos saltos por cima das etapas (ou no estacionamento demorado numa delas).”

Já o capítulo 7, com o título “Que significa, hoje, para o oriente, a palavra de ordem de ditadura democrática?” manteve a discussão crítica ao desvio de Radek em sua aproximação com o estalinismo, como no caso do ‘salto por cima das etapas’, Radek agora canoniza a bandeira de ditadura democrática do proletariado e do campesinato, bandeira esta desenvolvida por Lênin para um determinado momento histórico de determinado país, modificada por ele e depois, no decurso dos acontecimentos, abandonada pelo próprio Lênin. Essa bandeira torna-se, para Radek, ‘um esquema supra-histórico, quando não se cansa de repetir em seu artigo: Essa teoria, como a tática que lhe corresponde, é aplicável a todos

os países de capitalismo incipiente, onde a burguesia ainda não resolveu os problemas herdados das formações sociais e políticas precedentes.”

Como já discutimos em artigos anteriores sobre essa formação, Radek elegeu o problema agrário e a ação dos camponeses como sendo o calcanhar de Aquiles da teoria da revolução permanente. Já mostramos a falsificação dessa afirmação. É nesse sentido que vai ressuscitar a bandeira de ditadura democrática do proletariado e do campesinato. A tentativa desesperada faz com que erre na interpretação do próprio Marx, justamente no texto que funda a consigna de revolução permanente. “Radek analisa a atitude de Marx de um modo acidental, episódico e superficial, limitando-se ao manifesto de 1850, no qual Marx ainda considera o campesinato como aliado natural da democracia pequeno-burguesa das cidades. Marx contava, naquela época, com uma etapa independente da revolução democrática na Alemanha, isto é, com o advento temporário de um governo dos pequeno-burgueses radicais das cidades apoiados pelo campesinato. Era esse o ponto essencial! Mas foi justamente o que não aconteceu e não por acaso. Já em meados do século passado, a democracia pequeno-burguesa era incapaz de realizar sua revolução independente. Marx registrou essa lição. Em 16 de agosto de 1856, seis anos depois do referido manifesto, escreveu ele a Engels: Tudo depende, na Alemanha, da possibilidade de sustentar a revolução proletária por uma espécie de segunda edição da guerra camponesa. Então, as coisas irão bem. Essas notáveis palavras, inteiramente esquecidas por Radek, têm um alto valor para a compreensão da Revolução de Outubro e, de modo geral, de todo o problema que nos ocupa a atenção. Teria Marx saltado por cima da revolução agrária? Não, como vimos. Considerava necessária a colaboração do proletariado e dos camponeses na revolução? Sim, era essa a sua opinião. Admitia a possibilidade do papel dirigente ou mesmo independente do campesinato na revolução? Não, não a admitia. Marx achava que os camponeses, não tendo conseguido sustentar a democracia burguesa numa revolução burguesa independente (e isso por culpa da democracia burguesa e não dos camponeses), poderiam apoiar o proletariado numa revolução proletária e, ‘então, as coisas irão bem’. Parece que Radek não quer perceber que foi precisamente isso o que sucedeu em outubro, e de forma bem eloquente.”

No estudo retomamos a discussão anterior sobre a impossibilidade do campesinato (pequena-burguesia do campo) exercer um papel independente, bem como a concepção da ditadura democrática superada pela própria história, na Rússia. Além disso, retomamos o problema das etapas. “Para os proletários dos países do Oriente poderem abrir caminho para a vitória, é preciso, antes de mais nada, pôr de lado, rejeitar, pulverizar, varrer a teoria reacionária e pedante dos ‘estágios’ e das ‘etapas’ de Stalin e Martinov. O bolchevismo cresceu na luta contra esse evolucionismo vulgar. É preciso seguir não itinerários estabelecidos a priori, mas o curso real da luta de classe. É preciso repelir a ideia de Stalin e de Kuussinen, ao quererem criar um turno para os países, segundo os diversos graus do seu desenvolvimento, distribuindo-lhes, de antemão, razões revolucionárias. É preciso seguir o curso real da luta de classe! Para isso, Lênin é um guia incomparável, mas é mister considerá-lo em seu todo.” Novamente aqui surgiu a discussão sobre a linha aplicada pelo PCB estalinizado, que aplicou essa linha no Brasil, considerando-o um país ‘não maduro’ para a revolução proletária. Esse esse histórico teve profundas consequências para a luta de classes brasileira.

Os próprios textos escritos por Lênin anos antes, respondem os erros do estalinismo e do oscilante Radek, “Em 1919, ao sintetizar as conclusões do período decorrido, exprimindo-as em fórmulas teóricas cada vez mais lapidares e tendo em vista, sobretudo, a organização da Internacional Comunista, assim interpretou Lenin a experiência do regime de Kerensky e de outubro: numa sociedade burguesa com contradições de classes já desenvolvidas, só pode existir a ditadura da burguesia, aberta ou mascarada,

ou a ditadura do proletariado. Nenhum regime intermediário é possível. Toda democracia, toda 'ditadura democrática' (aspas irônicas de Lenin) não passará de dominação mascarada da burguesia. Foi o que demonstrou a experiência do país europeu mais atrasado, a Rússia, durante a sua revolução burguesa, isto é, na época mais favorável para a 'ditadura democrática'. Essa conclusão constitui a base das teses de Lênin sobre a democracia, que foram o resultado da experiência combinada da Revolução de Fevereiro e da Revolução de Outubro."

Já sobre o problema do campesinato, Trotsky estabelece uma linha clara, necessária de ser compreendida mesmo nos dias de hoje: "O campesinato só pode seguir a burguesia ou o proletariado. Se o proletariado quiser, a todo preço, marchar com o campesinato que não o segue ainda, marchará, na realidade, a reboque do capital financeiro: assim fizeram os operários que eram, em 1917, pela defesa nacional, na Rússia; os operários do Kuomintang, inclusive os comunistas, na China; os operários do PPS, em 1926, na Polônia etc. Quem não compreendeu isso profundamente nada aprendeu dos acontecimentos e faria melhor em não se meter em política revolucionária."

Como poderemos perceber no trecho seguinte, a conclusão anterior de Trotsky nada mais faz do que aplicar a linha desenvolvida anos antes por Lênin: "A conclusão fundamental tirada por Lênin das lições de fevereiro e de outubro repudia definitivamente, sob o seu aspecto mais acabado e mais geral, a ideia de 'ditadura democrática'. A esse respeito, ele escreveu e repetiu várias vezes, a partir de 1918: Toda a economia política, toda a história da revolução, toda a história do desenvolvimento político no século 19 nos ensinam que o camponês só tem feito seguir o burguês ou o operário. Se ignorais a razão desse fato – é um conselho que dou aos que não o compreendem – examinai o desenvolvimento de uma das grandes revoluções do século 18 ou do século 19, ou a história política de alguns países no século 19, e tereis a resposta. A economia da sociedade capitalista é tal que só pode ser a força dominante o capital ou o proletariado que o derroca. Não há outras forças na economia dessa sociedade (Lênin, Obras completas, vol. XVI, p. 217)." e conclui, "Lênin chega à conclusão de que só é possível ou a ditadura da burguesia, ou a ditadura do proletariado. Nenhuma ditadura intermediária ou 'democrática' é possível."

Nesta edição:

- Argentina

- Vitória de Trump, expressão da decomposição do capitalismo e da democracia burguesa

- Trotsky

- Às vésperas da Segunda Guerra Mundial; A Independência da Ucrânia e o Confusionismo Sectário; Desenvolvimento da estratégia; A situação mundial e suas perspectivas.

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Vitória de Trump, expressão da decomposição do capitalismo e da democracia burguesa

A decomposição da democracia burguesa na potência onde ela floresceu é irreversível. O candidato que dirigiu o ataque ao Capitólio há 4 anos e não reconheceu a vitória de Biden venceu a eleição. Com vários processos judiciais contra ele. Promete usar todo o poder que concentra em suas mãos para exercer uma férrea ditadura. Controla a Suprema Corte, o Senado e a Câmara dos Representantes. Sua vitória eleitoral foi maior do que o prognosticado. A democracia burguesa não pode mais ser sustentada nem mesmo no país capitalista mais desenvolvido. É a expressão da profunda decomposição do capitalismo. Essa situação se liga a um fenômeno semelhante de extrema-direita que está se desenvolvendo em vários países.

Aprofundará sua política protecionista, de guerra comercial, especialmente contra a China. Mas também ameaça medidas que afetarão seu relacionamento com o México.

Embora ele prometa acabar com as guerras, ele não será capaz de cortar a ajuda financeira e militar decisiva que alimenta o genocídio de Israel contra o povo palestino e a ofensiva contra o Irã, como fez sob sua presidência anterior. Precisa controlar militarmente toda a região. Os EUA levaram a guerra na Ucrânia longe demais e não será fácil se retirar como afirmou na campanha. O objetivo estratégico continua sendo quebrar a independência da Rússia para subjugar-la, embora diga que sua prioridade é a guerra

contra a China. Devemos também ter em mente que a corrida armamentista alimenta o motor de sua economia.

Procurará por todos os meios restabelecer a hegemonia dos EUA, liquidando todas as expectativas de multilateralismo, impondo uma nova ordem mundial.

Os democratas perderam devido a sua incapacidade de reverter a crise econômica, os baixos salários e o empobrecimento da população. Embora tenham reforçado o protecionismo, não conseguiram conter a inflação, o déficit fiscal ou o alto endividamento. Setores populares que tradicionalmente os seguiam os abandonaram irritados com a impotência de seus políticos submetidos à elite de Wall Street. No meio da campanha tiveram que substituir Biden como candidato, pois não estava em condições mentais para competir. Perderam mais de 7 milhões de votos em relação a 2024.

Democratas e republicanos são dois bandos que mantêm suas políticas belicistas e terroristas e descarregam a crise sobre os oprimidos em seu país e no mundo.

A forte polarização entre esses dois partidos continua. Concentram mais de 98% dos votos, o terceiro candidato mais votado obteve 0,5% dos votos.

Prosseguirá com a política contra os imigrantes, responsabilizando-os pelo aumento da criminalidade. Este foi um tema central

de sua campanha com um discurso chauvinista, de ódio racial. Sua política é contrária aos direitos e liberdades conquistados nas últimas décadas que ele ameaça arrebatar.

O protecionismo de uma grande potência imperialista agrava a subjugação das semicolônias que terão mais dificuldade de acessar seu mercado e terão que absorver o excesso de mercadorias que não podem entrar nos Estados Unidos. Mas a União Europeia também sofrerá com o seu protecionismo agressivo.

A burguesia experimentou todos os tipos de planos e medidas econômicas para escapar de sua crise e decomposição, mas não pode evitá-la. Os níveis de endividamento, o peso dos juros das dívidas, os resgates de falências, os déficits, a deterioração das infraestruturas, que explodiram em 2008, se potenciaram. A vitória de Trump aprofundará as divisões na grande burguesia americana sobre como sair da crise.

Alertam para o perigo de que as medidas que adote possam se voltar contra ele.

A classe operária deve se tornar independente dos dois grandes partidos imperialistas burgueses, derrubá-los do poder, acabar com essa ultraminoria cada vez mais enriquecida que concentra

o poder e o impõe com sangue e fogo a todo o mundo. As lutas sindicais que se multiplicaram nos últimos anos devem procurar outra direção à sua frente, revolucionária, que guie as lutas para acabar com a exploração capitalista. Com Trump, as medidas repressivas serão fortalecidas, em nome de ajudar a tornar a “América grande novamente”, contra o poderoso movimento grevista dos últimos anos.

Repudiamos a saudação miserável e servil de Milei que mais uma vez mostra seu caráter antinacional ao se ajoelhar diante do opressor. Fazem parte do mesmo fenômeno ultradireitista diante do fracasso das políticas que os precederam, mas não são a mesma coisa: o nacionalismo e o protecionismo da potência imperialista encontram na política de Milei seu complemento de abrir as importações, acabar com as regulamentações, permitir a pilhagem de todos os nossos recursos e avançar na subjugação colonial da nação.

Alertamos que a presidência de Trump agravará as tendências militaristas, repressivas e intervencionistas em todo o mundo e temos que nos preparar conseqüentemente.

(Extraído do Jornal Massas, nº 469, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas 705*, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas 706*, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas 707*, tratamos do Tomo 1, vol. 4.

No *Massas 708* expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas 710*, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas 712*, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

No *Jornal Massas 713*, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934.

No *Massas 715*, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas 716*, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1ª de fevereiro de 1935. Observamos que no

Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas.

O Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, comunicados e documentos sobre os novos passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e

à pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin. No vol. 2, Trotsky se dedica a combater os Processos de Moscou. Assim que concluir a exposição sobre a caracterização da URSS, da burocratização e os indicadores referentes à restauração, faremos uma apresentação das questões que envolvem os Processos de Moscou. Neste volume, são poucas as referências à questão da estalinização do regime soviético. Comparecem principalmente nos artigos “O Fim?” (1 de fevereiro de 1937), “Sobre a defesa da URSS” (26 de março de 1937) e “Respostas ao diário judeu Forward” (27 de abril de 1937). No vol. 3, consta o folheto “Estalinismo e Bolchevismo (Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional)”, de agosto de 1937. As principais formulações sobre a burocratização do Estado operário e o processo contrarrevolucionário da restauração se encontram neste documento. Há, no entanto, considerações sobre a mesma questão nos textos: “No Limiar de uma Guerra Mundial” (agosto de 1937); “Entrevista ao ‘México ao Dia’”, agosto de 1937; “Resposta ao Herald-Tribune de Nova York”, agosto de 1937.

No Tomo IX, 1937-1938, vol. 1, comparecem os seguintes documentos referentes à burocratização do Estado soviético e a necessidade de uma correta caracterização. São eles: “Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa”, novembro de 1937; “Nem Estado operário, nem Estado burguês?”, novembro de 1937; “O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?”, janeiro de 1938.

No tomo IX, 1937-1938, vol. 2, Trotsky não dedica nenhum documento voltado especificamente para a questão da burocratização e do processo de restauração capitalista. Selecionamos algumas passagens em que a questão é tratada.

Trotsky, no Tomo X, vol. 1, 1938-1939, igualmente, não trata diretamente da questão da burocratização e do processo de restauração capitalista. No Tomo X, vol. 2,

1938-1939, também não trata diretamente do problema da burocratização e da restauração. Destaca, no entanto, "A Questão Ucraniana". Boa parte dos artigos se volta para a oscilação da política de Stalin diante da guerra que se aproxima. Em meio a essa questão aparecem alguns aspectos sobre a natureza do regime soviético e o fenômeno da burocratização.

No Tomo XI, 1939-1940, vol. 1, Trot-

sky dirigirá sua luta contra o estalinismo nas condições de iminência da Segunda Guerra Mundial. Retoma insistentemente a questão ucraniana, que compareceu no Tomo anterior. Os sinais da ofensiva bélica de Hitler na parte Oriental da Europa envolvia a Ucrânia, portanto, a URSS. As formulações de Trotsky sobre a autodeterminação das nações oprimidas mantêm uma extraordinária atualidade.

“Às vésperas da Segunda Guerra Mundial”

Trata-se de uma entrevista concedida por Trotsky ao “Comitê de Relações Culturais para a América Latina”, em 23 de julho de 1939. Como se vê, em menos de 40 dias eclodiria a grande conflagração. O entrevistador queria saber sobre a capacidade da União Soviética reagir militarmente, se faria um bloco com a Inglaterra e França ou um acordo com Hitler. Por essas perguntas, nota-se um momento de indecisão de que caminho tomaria Stalin. Havia uma propensão de chegar a um acordo com a Alemanha.

A pergunta que mais interessa nessa exposição é a seguinte: “O Sr. ainda acredita ser impossível a revolução socialista em um só país, sem participação mundial?”. Resposta de Trotsky: “Creio que há um mal entendido na formulação dessa pergunta. Eu nunca afirmei que é impossível a revolução socialista em um só país. Na União Soviética, realizamos uma revolução socialista (...) A revolução socialista implica a tomada do poder por uma classe revolucionária, o proletariado. Evidentemente, que não se pode realizar simultaneamente em todos os países. Cada país, de acordo com suas condições, tem seu momento histórico. A revolução socialista não só é possível como inevitável em cada país. O que eu afirmo é que é impossível construir uma sociedade socialista nos marcos do mundo capitalista. É um problema diferente, absolutamente diferente”.

Então o entrevistador retruca dizendo que houve um “grande progresso econômico da União Soviética nos cinco anos”. Quer saber se não demonstraria “a viabilidade da construção de um Estado socialista em um mundo capitalista”. Trotsky volta a corrigir mais um erro do entrevistador. Responde: “Prefiro interpretar sua pergunta com referência à ‘construção de uma sociedade socialista’, não de um Estado socialista, já que a tomada do poder pelo proletariado significa a criação do Estado socialista. O Estado socialista é somente um meio para a criação da sociedade socialista, já que essa implica a abolição do Estado, por considerá-lo um instrumento próprio da barbárie. Todo Estado é uma sobrevivência da barbárie. A pergunta, na realidade, significa se o progresso econômico dos últimos cinco anos não demonstra a possibilidade de construir uma sociedade socialista em um mundo capitalista. Segundo minha opinião, não; não o vejo assim, porque o progresso econômico não é o mesmo que o socialismo. Os Estados Unidos conseguiram ao longo de sua história um progresso econômico grandioso sobre fundamentos capitalistas. O socialismo significa a igualdade progressiva e a abolição progressiva do Estado. O Estado é um instrumento de submissão. A igualdade implica a abolição do Estado. Durante esses cinco anos, na União Soviética, junto com o indiscutível progresso econômico, cresceu terrivelmente a desigualdade e houve um tremendo reforço do Estado”.

Trotsky continua: “O que significam os Processos de Moscou do ponto de vista da desigualdade e da abolição do Estado? Duvido que haja uma só pessoa que acredite que houve justiça neles (...) Não se aboliu o Estado. É que Estado é esse? É de submissão do

povo à sua maquinaria, ao novo poder, à casta, ao novo dirigente. A burocracia é agora uma casta privilegiada. Não é socialismo e essa casta não está se debilitando. Nega-se a morrer. Prefere matar os demais. Inclusive, os melhores elementos do exército, o instrumento de sua própria defesa”.

Trotsky esclarece sua resposta e formula a linha geral programática. Diz: “não afirmo que se deva estabelecer imediatamente uma igualdade absoluta. Isso não é possível. Mas a tendência geral teria de ser da profunda desigualdade burguesa para a igualdade. No entanto, a tendência atual é absolutamente oposta. Se se fizessem estatísticas, se comprovaria que os extratos superiores da sociedade soviética vivem como a alta burguesia dos Estados Unidos e da Europa, (...). A revolução significou para a Rússia um progresso econômico (...) mas isso não é socialismo. Está muito longe de sê-lo. Afasta-se cada vez mais do socialismo”.

Essas formulações de Trotsky são de caráter programático. A tese da possibilidade de construir o socialismo em um só país, lançada por Stalin, correspondia ao revisionismo contrarrevolucionário dos fundamentos científicos do marxismo-leninismo.

“A Independência da Ucrânia e o Confusionismo Sectário”

A defesa de Trotsky do direito da Ucrânia se separar da URSS, de acordo com o fundamento democrático da autodeterminação da nação oprimida, gerou ataques pela esquerda e pela direita. O artigo que recebe o título acima foi escrito em 30 de julho de 1939. No caso, respondia a um ataque pela esquerda. Ao ler um artigo que apareceu no jornal “O Marxista”, nos Estados Unidos, se viu obrigado a desmontar o ataque sectário, que caracterizava a posição de Trotsky sobre a Ucrânia como “centrista”. O opositor não considerava e não compreendia a importância do “crescimento das tendências separatistas na Ucrânia” e a necessidade de “dar-lhes uma expressão política correta”. O nacionalismo separatista ucraniano somente poderia ser contido e derrotado se o proletariado encarnasse a autodeterminação como expressão da revolução socialista. Era importante reconhecer que a opressão exercida pela burocracia estalinista vinha provocando a hostilidade da população ucraniana.

O nacionalismo, de profundas raízes históricas na Ucrânia, se alimentava precisamente do descontentamento das massas diante da ditadura burocrática. Trotsky assinala que o problema fundamental estava em que “a vanguarda proletária havia deixado que o movimento nacional ucraniano escapasse de suas mãos e que havia ido longe no caminho da separação”. Expõe suas raízes: “Esse é o fator fundamental que subjaz a todo o problema. Demonstra que, apesar do gigantesco avanço realizado pela Revolução de Outubro nesse terreno das relações internacionais, a revolução proletária isolada em um país atrasado foi incapaz de resolver a questão nacional, especialmente a ucraniana, que é em essência, de caráter internacional. A reação termidoriana, coroada pela burocracia bonapartista, fez retroceder as massas também na esfera nacional. As grandes massas do povo ucraniano

estão insatisfeitas com a situação de sua nação e desejam mudá-la drasticamente. Esse é o fato do qual deve partir a política revolucionária, distintamente do que fazem a burocrática e a sectária”. Então Trotsky recorre à estratégia: “A consigna de uma Ucrânia soviética e independente é de importância excepcional para mobilizar as massas e educá-las no período de transição. (...) Os nacionalistas ucranianos consideram correta a consigna de uma Ucrânia independente. Mas se opõem relacionar essa consigna com a revolução proletária. Querem uma Ucrânia independente, democrática, mas não soviética”.

A acusação de centrismo, certamente, não tinha a menor importância. A resposta foi necessária porque a questão ucraniana se erguia como parte da luta da IV Internacional contra a ditadura estalinista que agia no sentido contrário à orientação programática sobre a opressão nacional e o direito à autodeterminação que implica o direito à separação. A bandeira de uma Ucrânia independente una e soviética guiava, na situação da guerra, a luta de classes contra o imperialismo e a ditadura soviética encarnada pelo estalinismo.

Desenvolvimento da estratégia

A estratégia e a linha política - que foram estabelecidas no artigo “A Questão Ucraniana”, expostas no Tomo X, vol. 2, vão ser desenvolvidas no artigo “A Independência da Ucrânia e o Confusionismo Sectário”, acima exposto - terão seu desenvolvimento nos artigos “Os feudais democráticos e a independência da Ucrânia” (agosto de 1939) e “Stalin, depositário interino da Ucrânia” (setembro de 1939), Vejamos as seguintes passagens:

1) “Suponhamos que a separação da Ucrânia realmente debilite a URSS. O que fazer então do princípio democrático da autodeterminação das nações? Todo o país que retenha pela força dentro de suas fronteiras, alguma outra nacionalidade considera que a separação desta debilitaria econômica e militarmente o Estado. (...) De uma perspectiva histórica superior, isto é, de uma perspectiva da revolução socialista, seria correto subordinar durante determinado período os interesses nacionais da Ucrânia aos do proletariado internacional, se entrassem em conflito. Ucrânia está estrangulada pela mesma reação bonapartista que estrangula toda a URSS e socava sua capacidade de autodefesa. O movimento revolucionário ucraniano dirigido contra a burocracia bonapartista é um aliado direto do proletariado internacional. Aos clarividentes feudais democráticos, preocupa-lhes que Hitler chegue a utilizar no futuro a revolução nacional ucraniana. Fecha os olhos diante do fato de que Hitler hoje já está utilizando a supressão e o desmembramento da nação ucraniana. (...) Viva a Ucrânia soviética independente!”

2) “Na realidade, a Ucrânia soviética está mais amarrada que a qualquer outra parte à União Soviética pelas ferozes cadeias da burocracia de Moscou. A aspiração de vários setores da nação ucraniana à sua libertação e independência é totalmente legítima e intensa. Mas esses anseios se dirigem também contra o Kremlin. Se a invasão alcançar seu objetivo, o povo ucraniano se encontrará unificado, não na liberdade nacional senão na escravidão burocrática. Além disso, não haverá uma só pessoa honesta que aprove a ‘emancipação’ de oito milhões de ucranianos e russos brancos ao preço da escravidão de vinte e três milhões de polacos! Inclusive se o Kremlin eventualmente organizasse um plebiscito na Galícia ocupada, ao estilo de Göebbels, não enganaria ninguém. Isso por que não se trata de emancipar um povo oprimido, mas de estender o reinado da opressão burocrática e do parasitismo”.

“A situação mundial e suas perspectivas”

Trata-se de uma entrevista concedida ao “Post Dispatch” em fevereiro de 1940. O jornalista queria saber a posição de Trotsky sobre a “Aliança Russo-Germânica”, a intervenção militar do Exército Vermelho no Báltico, Finlândia e Polônia. São vários aspectos importantes da resposta de Trotsky a essas questões. Seleccionamos a que melhor evidencia a relação entre a estratégia e os métodos. Eis:

“Se houvesse democracia soviética na URSS, se o progresso tecnológico fosse paralelo à igualdade socialista, se a burocracia se deslocasse dando lugar ao governo das massas, Moscou representaria, especialmente para seus vizinhos mais próximos, uma força de tremenda atração. Então, a catástrofe mundial atual lançaria imediatamente as massas da Polônia (não só os ucranianos mas também os polacos e judeus) e as dos Estados da fronteira do Báltico à unificação com a URSS (...) Atualmente, se é que existe esse importante requisito da intervenção revolucionária, se dá em um grau mínimo. O estrangulamento dos povos da URSS, em particular das minorias nacionais, com métodos policiais, afastou de Moscou a maior parte das massas trabalhadoras dos países vizinhos. Os povos não veem a invasão do Exército Vermelho como uma libertação, mas como um ato de violência, o que, conseqüentemente, permite às potências imperialistas mobilizarem a opinião pública contra a URSS. Por isso, em última instância, trará à URSS mais prejuízos que vantagens”.

A pergunta sobre as críticas de Trotsky ao abandono do marxismo-leninismo pela camarilha de Stalin envolve vários aspectos: sobre o que aconteceria se a direção de Stalin fosse removida, se a remoção seria por meio da violência, se a Rússia não ficaria mais vulnerável aos ataques das potências e se não havia o risco de se perder as conquistas, exigiu uma resposta mais longa. O fundamental dela está na formulação programática da revolução política.

Resposta de Trotsky: “A burocracia será derrotada somente por uma nova direção política, que preservará a nacionalização dos meios de produção e a economia planificada, e estabelecerá sobre essa base uma democracia soviética de tipo superior. Essa profunda transformação aumentará enormemente a autoridade da União Soviética entre as massas trabalhadoras de todo o mundo e tornará praticamente impossível que os países imperialistas lhe declarem guerra. (...) O regime da democracia burguesa nasceu de uma série de revoluções, basta recordar a história da França. Algumas dessas revoluções foram sociais, isto é, liquidaram a propriedade social em favor da burguesa; outras foram puramente políticas, o que significa que enquanto conservavam as formas burguesas de propriedade modificavam o sistema de governo. A revolução proletária, pelo menos em um país atrasado e isolado, também é mais complicada do que se podia imaginar a priori. A Revolução de Outubro foi social e política; modificou os fundamentos econômicos da sociedade e construiu um novo sistema estatal. Em geral e de conjunto, a nova base econômica se mantém na URSS, ainda que deteriorada. O sistema político, pelo contrário, degenerou totalmente. A burocracia totalitária esmagou os germes da democracia soviética. Nessas condições, uma revolução política que proclame como seu programa uma nova democracia baseada na economia planificada é historicamente inevitável”.

As formulações programáticas de Trotsky nas condições da guerra mundial, que se desencadearia em setembro de 1939, se encontram mais amadurecidas, tendo como guia o programa da revolução política. Não havia outro caminho para defender a URSS contra a guerra imperialista se não fosse a de o proletariado soviético retomar o poder do Estado.

(As citações foram extraídas da obra “Escritos, Leon Trotsky, Tomo XI, vol.1, 1939-1940, Editorial Pluma)